

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

MALLON (Jean). — *L'Écriture de la Chancellerie Impériale Romaine* (Acta Salmanticensia iussu senatus universitatis edita), Universidad de Salamanca, 1948, Filosofía y Letras, t. IV, n.º 2, 31 pp., com 6 pranchas em A e B. quadros dos cursivos romanos.

Este trabalho é um estudo especial da escrita diplomática romana que deveria fazer parte dos manuais para os estudos diplomáticos e paleográficos. Novos problemas são ali resolvidos no que diz respeito à cursiva.

A origem desta forma, perde-se nos tempos com o primeiro uso do alfabeto latino. Gradualmente algumas letras, pela lei natural do seu traçamento, em virtude da celeridade e da comodidade da execução, pelo material que servia à escrita, tomaram um caráter especial: o papiro e o cálamo permitiram movimentos mais livres e facilitaram o desenvolvimento da escrita, como se verifica, desde o século I até o século III d.C. Assim, da cursiva formaram-se elementos especiais de duas novas modalidades da escrita: a oncial e a minúscula.

Jean Mallon (*Notes Paléographiques de Emerita*, XIII, 1945, p. 43) já se tinha ocupado, brevemente, com os notáveis fragmentos do papiro de Leide-Paris, descobertos no século XVIII, no Egito do Sul e de outros; mais tarde, novamente, e em particular, da escrita da chancelaria romana.

Para decifrá-las foram inúteis as tentativas de Champollion, Figeac e de outros. Massmann (1841) procurou lê-los, facilitando, deste modo, a Natalis de Wailly, transcrever juntamente os fragmentos. Mommsen (1863) fez a crítica interna do texto. Estes dois textos são dois rescritos posteriores a 413 e anteriores ao século VI. As opiniões concernentes à escrita são incertas. Giry (1894) assim diz: "O antigo cursivo da chancelaria, segundo os fragmentos dos rescritos de Leide-Paris, originou outras escritas diplomáticas, desenvolvidas diferentemente em França, Itália e Espanha". Este autor apresenta duas considerações: o cursivo é a escrita dos originais da Chancelaria Imperial no V séc.; os rescritos de Leide-Paris teriam dado origem às escritas diplomáticas de França, Itália e Espanha.

Interessante também o estudo comparado que autor faz e que tem por finalidade criticar a interpretação de Giry. Ótima contribuição deram os papiros latinos descobertos (1894), quando Giry escrevia, porque eram rescritos feitos com tinta. Conclusão: a escrita dos fragmentos deriva da capital. É interessante a demonstração. Clara é a diferença nas discussões (... 1924), como no *Manuel* de Prou, em colaboração com Bouard. É que a escrita de Leide-Paris é especial. Preisigke (*Die Inschrift von Skaptoparene*, 1917), afirma que é uma escrita para anúncios, contra a opinião geral que diz que essa escrita é a da Chancelaria Imperial para expedir os originais (V séc.). A crítica disto é a seguinte: "Escrita fossilizada numa chancelaria que, na estrutura fundamental, era o antigo cursivo". Wessely é de opinião que é uma

(1). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

escrita para anúncios. Boüard examina a diferença entre as duas; e interpreta o que está escrito no branco das duas linhas, como sendo um novo cursivo familiar e corrente. Confronta as chancelarias imperiais e as das prefeituras. Brandi (1908) e De Boüard (1924) não encontram casos novos. O A. faz a crítica do texto legislativo (V séc.) do Códice Teodosiano. Examina as *litterae caelestes*, que acabam uma evolução muito mecânica e autônoma e as *litterae communes*, como nos *fac-simili*, afim de esclarecer o sistema proposto no trabalho. O arcaísmo dos papiros de Leide-Paris esclarece o sentido da escrita diplomática dos cinco séculos anteriores: estes papiros fornecem a imagem de uma escrita diplomática romana que se desenvolve; julga ainda o que não é possível admitir que a paleografia e a diplomática comecem com os diplomas merovingios. Está provada, assim a continuidade entre os officios romanos e os das monarquias bárbaras. As conclusões do A. devem, pois, figurar nos tratados e manuais em lugar das de Giry e de Prou.

FRANCISCO ISOLDI.

POINSOT (M.-C.). — *L'Occultisme, la Bible et l'Évangile*. Librairie Secrétan. Paris. 1950. 211 pp.

O título desta pequena brochura é a primeira razão do desapontamento que nos causa a leitura atenta da obra eivada de contradições: um só dos Evangelhos — o de S. João, — nos ministraria matéria para grosso tomo ou vários volumes, quanto mais a Bíblia toda e todos os demais escritos dos apóstolos. Já por aqui se percebe a superficialidade do sr. Poinso. Partindo de pressupostos que estão ainda por provar, como por exemplo, que todos esses livros possuem um sentido esotérico, oculto, só revelável aos iniciados, chega o autor às mais discutíveis conseqüências. Desconhecendo a imensa mole que representa a exegese bíblica, meramente católica como a de Lagrange, Batifol, Duchesne, De Fontaine, Gianella, toda baseada na arqueologia e na documentação mais antiga da história; ou simplesmente protestante como a de Maurice Goguel, Guignebert, Lightfoot; ou profundamente racionalista como a de Harnack, Poinso não escreve uma página sequer isenta de contradições gritantes. Ora nega qualquer inspiração divina da Bíblia, ora aceita que o Génesis foi revelado por Deus (pgs. 9-10). Ora ataca a exegese católica que sustenta e prova a existência duma revelação primitiva, feita ao gênero humano, ora escreve: "L'Occultisme, il nous indique qu'il y eut une Révélation primitive, unique, connue de l'Initiation antique, une tradition primordiale, une Religion-Science qu'une Elite reçut d'une Humanité antérieure à la nôtre, et transmit d'âge en âge, défiant les anathèmes et les moqueries et formant l'essentiel de la Doctrine dite Secrète." (10-11). Então, por que atacar tais idéias da exegese católica se o ocultismo também as defende? Mas, como se vê pela citação, toda a ciência do autor se reduz a expressões indefinidas, vagas, cujo maior valor está nas maiúsculas empregadas. Afirma gratuitamente que só a versão dos Setenta é boa porque eram essênios os tradutores, iniciados, portanto, nos conhecimentos do ocultismo. Mas linhas após, referindo-se a S. Jerônimo a quem chama consciencioso tradutor e aperfeiçoador da versão grega de Alexandria, conclui contraditoriamente: "Le malheur est que saint Jérôme n'était point un initié. Il ignorait les "clefs" de l'esoterisme de la Genèse..." (pg. 13). Ora isto não tinha importância porque, sendo tradutor consciencioso e até aperfeiçoador dos Setenta, ainda que não fôsse conhecedor das tais "clefs" do esoterismo, mantendo o texto, manteria *ipso-facto* o tal sentido oculto. Faz em "mathématique sacrée", em "astronomie transcendente" como se houvesse, pe-

rante a matemática uma aritmética sagrada e outra profana, uma astronomia mística e outra herética... O delírio, porém, das maiúsculas e das expressões sem sentido, da declamação que não deve existir numa obra pretensamente científica, está neste trecho: "Il (Randolph Werner, que desafiou Pio XII numa obra: *Reponds, Pie XII!*) montre que l'essentiel de toutes religions (y compris les parties prophétiques de la Bible et de l'Evangile) se rapporte à la fin des Temps et que cet essentiel est également révélé par la grande Pyramide, qui est en somme, en pierre, l'Apocalypse égyptienne, ce qui le conduit à donner une extrême importance (probablement cataclysmique après l'erreur de l'an 1000) à l'an 2109. (Il précise: dimanche 21 avril). Il assure dévoiler la véritable Loi Juive dont le Christianisme ne serait qu'un plagiat de faussaire, de sorte qu'il en arrive à voir en Jésus un imposteur, hérésiarque et faux prophète! (pg. 15). E assim vai todo o livro do sr. Poinso, feito de exclamações, de tiradas retóricas, mas sobretudo, de expressões indeterminadas, tôdas em letras maiúsculas por causa da importância esotérica nelas contidas: tão esotéricas que, talvez, nem o próprio autor as entenda. Livros como êste são achas na incrustação da grande fogueira que devora o mundo: a demência!

SILVEIRA BUENO.

LEVILLIER (Roberto). — *La America La Bien Llamada. I. La Conquista de Occidente. II. Bajo la Cruz del Sur.* Buenos Aires. Editorial Guillermo Kraft Ltda. 1948. 2 vols. 293+400 pp. 58+153 gravuras. 31/24 cms.

O trabalho do historiador argentino Dr. Roberto Levillier, tendo por título "America la bien llamada", foi editada pela firma Guillermo Kraft Limitada de Buenos Aires em 1948. Abrange dois grandes volumes impressos em bom papel e enriquecidos com inúmeros clichês reproduzindo preciosos documentos, notadamente os cartográficos do começo do século XVI.

No primeiro volume o dr. Levillier passa em revista as descobertas marítimas dos portugueses ao longo da costa ocidental d'África até o encontro do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama; a descoberta da América por Colombo; as bulas e o Tratado de Tordesilhas; as viagens dos navegantes espanhóis ao Novo Mundo e a prioridade deles no descobrimento do Brasil; as viagens de Vespucci a serviço dos Reis Católicos e de D. Manuel; a suposta prioridade de Duarte Pacheco Pereira em se tratando do achamento do Brasil; a debatida política de sigilo dos monarcas portugueses; o que a respeito das viagens de Vespucci escreveram Aires de Casal e o Visconde de Santarém, etc.

O segundo volume encerra um amplo e erudito estudo sobre a cartografia americana vetustíssima e bem assim trata das cartas atribuídas a Vespucci. Este segundo volume é, inequivocamente, a parte mais interessante e original da obra do erudito historiador argentino.

O Dr. Levillier que é um fervoroso vespucista, quicã o maior panegirista do Florentino, esposa a opinião do escritor brasileiro Francisco Adolpho de Varnhagen que, a partir de 1865 até 1869, procurou sustentar a todo o transe que de tôdas as cartas atribuídas a Vespucci, as únicas autênticas são a "Lectera a Soderini" e a "Mundus Novus", disso resultando ter o Florentino realizado quatro viagens ao Novo Mundo: as duas primeiras (1497-98 e 1499-500) a serviço da Espanha e as duas últimas (1501-1502 e 1503-1504) por conta de D. Manuel, rei de Portugal.

Tratá-se de uma tese combatida de modo brilhante pelo professor italiano Alberto Magnaghi em 1924, e hoje em dia considerada obsoleta, pois tanto nos Estados Unidos da América do Norte (Frederick Poh), como em Portugal

(Duarte Leite, Damião Peres), Itália e mesmo entre nós (Marcondes de Sousa), ninguém dá credito ao que narram tais cartas.

Os documentos aceitos hoje em dia como autênticos para provar as viagens de Vespucci à América, são as denominadas "cartas florentinas", existentes por cópia em três códices, a saber: o "Riccardiano 1910", o "Strozzi-ano" e o "2112 bis", todos arquivados nas bibliotecas de Florença. Desses códices, o mais importante é o de Piero Vaglianti ou "Riccardiano 1910", que contém tôdas as cartas que Vespucci escreveu ao seu amigo e patrão Lourenço de Pier Francisco de Medici, narrando as suas viagens ao Novo Mundo. De acôrdo com esses códices, o Florentino apenas realizou duas viagens à América: uma em 1499-1500, em parte com Alonso de Hojeda; outra em 1501-1502, em frota portugueza e a serviço do Rei D. Manuel.

Tratando-se da expedição portugueza enviada ao Brasil em 1501-1502, da qual participou Vespucci como figura de grande relêvo, expedição esta que explorou uma grande extensão da costa leste da América do Sul, não concorda o Dr. Levillier com os historiadores que sustentam ter ela navegado bem próximo do litoral, tocando em todos os portos, somente a partir do cabo de Santo Agostinho até Cananã, situada a cerca de 25 graus de latitude sul, de onde se afastou do litoral, em obediência ao Tratado de Tordesilhas, para atingir a Geórgia do Sul ou as Malvinas.

O Dr. Levillier é de opinião que a frota portugueza percorreu de norte a sul, tôda a costa leste da América Meridional, desde o cabo S. Agostinho até a foz do atual rio Camarones, navegando sempre bem próximo do litoral e desse modo, descobrindo o Rio da Prata, a Patagônia, etc. Sendo assim, não foi Juan Diaz de Solis o descobridor do citado rio, nem Magalhães da Patagônia.

Esta tese do Dr. Levillier tem por base uma original interpretação que êle dá à nomenclatura dos mapas do começo do século XVI. Na sua opinião, os golfos, baías, rios, etc., que figuram nos mapas de Cantino, Canerio, King-Hamy, Kunstrmann II, Pesaro, Ruysch, Waldseemuller de 1507, 1513 e 1516, provêm das viagens realizadas por Vespucci. Tais cartas, diz o Dr. Levillier, ao contrário da opinião da maioria dos historiadores que se têm ocupado das viagens do Florentino, não se limitam a assinalar o trecho do litoral sul-americano pertencente a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. Êles assinalam todos os accidentes geográficos que a expedição de 1501-1502 descobriu. Assim êles indicam que Vespucci descobriu um grande golfo, mais ou menos na mesma altura do cabo de Boa Esperança, que era bem conhecido naquela época e situado a 35 graus de latitude sul. Esse golfo que figura nos citados mapas com o nome de "Rio Jordan", na opinião do Dr. Levillier é o "Rio da Prata", sendo que os mapas mostram que a costa sul-americana se prolonga de modo continuo em direção sul, onde além de 45 graus está assinalado a foz de um rio denominado "Rio Cananor", que indica o limite das descobertas realizadas por Vespucci, rio esse que o Dr. Levillier identifica como sendo o atual "Rio Camarones". Também o nome "Pinachulla Defentio" que se encontra em tais mapas, opina o referido historiador argentino que é o "Cerro de Montevideo".

Como se vê, o Dr. Levillier apresenta no seu trabalho uma interpretação, em se tratando da toponímia dos mapas do começo do século XVI, referente a costa leste da América do Sul, completamente diferente da que até hoje conhecemos, pois antes do Dr. Levillier ninguém aventou a idéa de ter sido o Rio da Prata descoberto por Vespucci quando da expedição de 1501-1502. Tão pouco, não conhecemos nenhuma opinião, anterior a do illustre historiador argentino, identificando o "Rio Cananor" dos aludidos mapas, com o atual "Rio Camarones".

Não resta a menor dúvida que o estudo cartográfico do Dr. Levillier é de grande erudição, mas Vespucci na sua carta a Lourenço de Pier Francisco de Medici, expedida de Lisboa provavelmente em agosto de 1502, narrando a sua viagem de 1501-1502 à América do Sul, nada diz sobre o encontro do Rio da

Prata, o que é de se estranhar, de vez que na carta de 28 de julho de 1500, enviada de Sevilha ao mesmo Medici, faz claras referências ao Amazonas, quando descreve a sua viagem com Hojeda em 1499-1500.

Em conclusão: o estudo cartográfico do Dr. Levillier, na nossa opinião, por mais erudito que seja, não constitui por si só elemento suficiente para se poder atribuir a Vespucci, entre outras cousas, a descoberta do Rio da Prata.

ALFREDO ELLIS JÚNIOR.

FIGUEIREDO (Fidelino de). — A épica portuguesa no século XVI. Subsídios documentares para uma teoria geral da epopéia. Texto ilustrado. São Paulo, 1950, 402 págs.

A presente obra faz parte dos Boletins (vol. CI) editados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e constitui a publicação n.º 6 (secção de Letras) da cadeira de Literatura Portuguesa.

No Prefácio, recorda o A. as sucessivas edições e a carreira agitada deste seu trabalho, a qual está em rigoroso paralelismo com as suas deambulações por Universidades e Países estrangeiros.

Apresenta-se esta sexta edição consideravelmente ampliada nos subsídios documentares que servem de base à teoria demonstrativa e no material iconográfico que os justifica, e lhes dá ressonância para além das fronteiras da arte literária. É obra de alta consciência crítica e histórica, porque contribui para o estabelecimento de uma teoria geral da epopéia, segundo o método iniciado por Joseph Bédier; clarifica o caso português da elaboração de um poema épico; abre veredas novas para se extrair, entre outros, o seguinte corolário de doutrina: a transformação do conceito tradicional da crítica de fontes; e entre as várias e importantes consequências críticas, ministra dados novos sobre a filiação do canto X de *Os Lusíadas* na tradição da poesia astronómica. E pelo que nela perpassa de vivas preocupações de atualidade, é ainda obra de vibrante caráter ensaístico, porque o A. não dissocia os problemas atuais de política e educação dos de pura especulação ou exegese literária — propósito que se evidencia sobretudo na referência que faz, no último capítulo, ao duelo entre a mentalidade épica e a mentalidade crítica.

A obra está dividida em três partes, a primeira das quais — "Fatos e idéias preliminares" — contém os capítulos: "A repercussão da obra camoniana", "Epopéia e nacionalidade" e "Conceito e gênese da epopéia".

Abre o volume com a análise das três direções dominantes no quinhentismo português e o seu conteúdo espiritual, personificado em Gil Vicente, Sá de Miranda e Luís de Camões. Depois de salientar o significado humano e renascentista de *Os Lusíadas*, o A. alude à repercussão e influência da obra camoniana, através dos sucessivos meios leitores e dos diversos ambientes literários e político-sociais, até cristalizar-se na mente portuguesa como força cívica e construtora. Rastreado, pelas várias épocas e escolas literárias, aquela repercussão e influência, principalmente da epopéia, pôde o A. organizar (págs. 24-30) um elenco de 65 poemas heróico-narrativos, "ainda que muitos deles estejam longe de palpitar de verdadeira inspiração épica". E como sintoma do gosto épico, começam a surgir do século XVIII em diante, numerosas caricaturas de epopéias em forma de poemas heróico-cômicos e burles-

cos e de paródias, os quais, lembra o A., foram já inventariados por Alberto Pimentaj e pelo Coronel Ferreira Lima.

A apreciação dêsse elenco de poemas (uns redigidos em português, outros em espanhol e outros ainda em latim) levanta, mais uma vez, no espirito do A. o problema do critério de nacionalidade em história literária (Cap. II).

O Cap. III é dos mais importantes da presente obra, porque com êle intervêm o A. na discussão de um dos mais árduos e velhos problemas da ciência da literatura — o conceito e a gênese da epopéia —, analisando as várias direções críticas que estão na base dêsse candente problema, e aplicando por fim ao caso da origem do poema épico português o método de Joseph Bédier. A primeira dessas direções é a de Aristóteles, exposta na *Poética*, onde se encontra também o mais antigo conceito de epopéia, fundamentado nos poemas homéricos. Ainda através da Antiguidade, a crítica homérica continua a enriquecer o seu patrimônio, do ponto de vista filológico, com os *comentários* ou *escólios* e com o movimento dos *separatistas* ou *corizontes*. No século XV, na Itália, renasce a discussão sobre o conceito de epopéia: é o movimento de criação e o de seu ajuizamento crítico, em que sobressai a figura de Torquato Tasso, com a *Jerusalém Libertada* e os *Discorsi dell'arte poetica*. Somente a partir do pré-romantismo é pôsto em equação o problema da gênese da epopéia e, ainda uma vez aplicado aos poemas homéricos. É, acima de todos, o trabalho de Wolf sobre a autoria coletiva anterior a Homero. Esta terceira direção "abriu caminho novo aos romanistas para esclarecer e, a meu juízo, resolver o problema das epopéias medievais". E foi Joseph Bédier, com *Les Légendes Épiques*, quem reduziu a rigoroso problema histórico uma discussão que, durante séculos, fora apenas versada dialética e dedutivamente.

Recorrendo à própria obra de Bédier, que contém uma recapitulação histórica da poesia épica francesa, o A. faz desfilar (págs. 48-54) os críticos mais representativos que intervieram nessa discussão: Herder, Fauriel, Daunou, Gaston Paris e Pio Rajna. E através dêstes nomes, cada qual com a sua peculiar contribuição, aproxima-se de Bédier, de cujos estudos se tira uma conclusão e se atinge um ponto de chegada que dá, depois do longo caminho percorrido, "uma sensação de alívio e desanuviamento do horizonte". O autor de *Les Légendes Épiques*, apercebido de método realista e materialista (de "puro materialismo histórico", dirá o A.), não aplicou uma teoria geral às obras tão distantes no tempo e tão diversas na índole", estudou só a épica francesa ("separadamente e dentro das suas fronteiras próprias"); em vez de estudar conjecturalmente "hipotéticos modelos nunca vistos", concentrou a sua análise "nos textos que de fato existem", interrogando "o mundo histórico, político e religioso da idade contemporânea dêles". E Bédier conclui, ou por êle conclui o A.: "as canções de gesta nasceram tôdas entre o século XI e o XII, (que) foram compostas por gente erudiça, do clero naturalmente, sem longas elaborações orais, sem prévios ciclos de cantos breves, sem nenhuma cooperação do tempo e da coletividade das épocas distantes de Carlos Magno e Clovis na formação do texto. Era a morte da teoria do anonimato popularista, da espontaneidade coletiva e da origem germânica nas florestas misteriosas ou mitizadas poeticamente" (págs. 55). Essa teoria sofreu também, em Espanha, rude golpe com os estudos de Menéndez Pidal.

É o método de Bédier e de Pidal que o A. se permite aplicar ao caso português. Mas antes de exemplificar a forma de aplicação do método, faz a seguinte advertência, a propósito do desenvolvimento da épica francesa que poderia prejudicar a idéia da criação prévia e coletiva da matéria: esta "continua a ter a idade que tinha, quando se lhe pode reconhecer alguma autenticidade histórica, e porque entre os sucessos autenticáveis e a sua versão poética do século XI há um longo caminho de desfiguração — desfiguração que não seria acatada, se ela fôsse tôda do autor individual dos textos que possuímos" (págs. 59).

O descobrimento do caminho marítimo da Índia — fulcro do poema camoniano —, com todas as suas conseqüências "tornou-se um mito ou antes um ciclo de mitos, melhor ainda, de valores míticos". É evidente que o A. emprega a palavra mito numa acepção diversa da que de ordinário lhe atribuem os etnólogos: "uma narrativa de caráter cultural, que tem por fundo um fato de repetição rítmica, de entre os oferecidos pelo espetáculo da natureza, narrativa vazia de alguma concreta singularidade episódica ou histórica". Ao contrário, é outra a sua acepção: os seus mitos heróicos "partem da realidade histórica e atestam a colaboração memorial e emocional coletiva sobre o que é singular até ao prodígio da superação do homem sobre o homem". E continua a estabelecer a diferença: "o mito dos etnólogos funda-se na regularidade da constância do seu conteúdo; estes mitos heróicos de que vou falar longamente, fundam-se na unicidade dos sucessos" (págs. 61-62). A gradual elaboração de tais mitos foram os índices de cristalização ou de ambiência lendária — "lendaria por falta de palavra mais apropriada". É essa ambiência lendária que estabelece uma contradição interna no quinhentismo português, uma fraqueza e uma força [v. págs. 10-11 (Prefácio), 62 e 255]. Conclui o A. este importante capítulo, anunciando que apontará a seguir alguns desses índices, "no limiar da Renascença, neste recanto de desterro do extremo ocidente da latitudinalidade".

Na Parte Segunda — "A Ambiência Lendaria" — reúne o A. vasto material documentar com que clarifica o caso português da elaboração de um poema épico, contribuindo desse modo para o estabelecimento de uma teoria geral da epopéia. Não são inéditos os documentos, porque, como veículos gerais da cultura implícita ou explicitamente portuguesa, estão e estiveram sempre ao alcance dos estudiosos, entre os quais o próprio A. que de muitos deles já se utilizou na sua obra de historiador da literatura. Inédito e até original é não só o modo por que são vistos como elementos articulados com a idéia nuclear — a ambiência lendária —, mas também a glosa crítica à margem dos documentos e dos seus autores. Cumpre notar que os textos transcritos pertencem a diversos domínios, não apenas o estritamente literário, e estão redigidos em línguas várias, latim, português, espanhol e francês. São autores desses textos: cronistas e historiadores, embaixadores e humanistas, comediógrafos e poetas, guerreiros e homens de ciência, moralistas e críticos de artes plásticas, e até um profissional da filosofia — portugueses e estrangeiros de diferentes nacionalidades.

Dos dezenove capítulos desta Parte Segunda, dezessete são destinados a demonstrar que todos aqueles autores exemplificam, com os seus depoimentos, a formação de um ambiente lendário preparador e prenunciador da epopéia nacional de Camões. Observe-se ainda que três dos dezessete capítulos estão fora do âmbito literário. A eles far-se-á menção especial. De acordo com a sua variada matéria, podem ser assim condensados os catorze capítulos sobre a ambiência lendária:

- a) A historiografia cronística representada por Mestre Mateus Pisano, autor da obra *De Bello Septensi*, sobre a conquista de Ceuta (págs. 69-74).
- b) Uma concepção da história subordinada a duas correntes principais: a primeira de "enfático engrandecimento épico" com João de Barros (págs. 239-250); a segunda de um "verismo mais simples" com Fernão Lopes de Castanheda (págs. 251-254).
- c) Os discursos dos embaixadores e a curiosidade dos humanistas pelos descobrimentos, patenteada em cartas dirigidas aos reis portugueses. Discursos que mostram o "estrito parentesco espiritual entre eloquência e o heroísmo" (págs. 75-85); e cartas de homens que sentiam "desabrochar em si curiosidades, impulsos cri-

ticos, simpatias, tolerâncias, ânsias de compreender" (págs. 87-115).

- d) O teatro primitivo português, o dos momos medievais; e o teatro ibérico e renascentista, o de Gil Vicente e Torres Naharro — que refletem a "ufania heróica dos descobrimentos" (págs. 117-144; e 197-231).
- e) A invenção de um herói fantástico, um suposto filho de Duarte Pacheco Pereira — Lisuarte Pacheco, que nunca existiu. Foi Gaspar Correia quem deu visos de verdade a essa invenção; que é "um produto de imaginações escandecidas, que viram no cenário heróico da Índia o ambiente idóneo para o surto de um herói cavaleiresco" (págs. 269-273). E Leonardo Nunes e o morbo heróico — "aquêlo estado de delírio que criou o clima propício para o advento de Camões" (págs. 275-279).
- f) A idéia fixa de uma epopéia em Antônio Ferreira, isto é, as suas constantes "exortações a poetas amigos para que entoem cantos à glória portuguesa" (págs. 281-290). É a epopéia e o mecenatismo, ou seja a idéia da "estreita ligação entre o favor dos grandes e a inspiração épica". Idéia perflhada por Diogo Bernardes, principalmente (págs. 291-293).
- g) Os curiosos casos de Garcia de Resende e Damião de Góis, ambos "pouco accessíveis ao entusiasmo heróico, o primeiro por pequenez de espirito e vocação áulica, o segundo por amplitude de espirito e inclinação crítica" (págs. 255-267). E o descontentamento anti-heróico, o rumor popular, vozes contrárias às navegações, resistências políticas, nos conselhos reais, fundamentadas em idéias (págs. 295-299).
- h) O traslado de uma "Oraçam a Nossa Senhora por os navegantes da Índia", boa prova para a história dos descobrimentos e da devoção: "não é um índice de ambiência lendária, confessa o A., mas é um documento da chegada da inquietude dos descobrimentos aos recessos da alma piedosa, inquietude que recebeu sua expressão em prece" (págs. 145-150).

Citando tantos textos, põe o A. em relêvo a sua "fraseologia encomiástica", na qual predominam as palavras "novo", "descobrir" e "segrêdo"; e os lugares-comuns da "embriaguez heróica", que podem ser consubstanciados em dois motivos principais: serem os portugueses, a princípio, mais amigos de fazer que escrever o que faziam, e depois, tão ciosos, ao mesmo tempo, de bem fazer e de bem celebrar as ações (v. págs. 103-104, 256, 257, 258-259, 276, 277, 283 e 284); e, acima de todos, o paralelo de rivalidade ou emulação entre os portugueses e os antigos (v. págs. 72, 100, 113, 142, 143, 244, 246, 251, 259, 276 e 278). E à margem dos documentos, a propósito das designações das formas de teatro anterior ao de Gil Vicente, fazem-se algumas observações (págs. 133-137, com breve bibliografia na nota). Ainda a respeito de teatro: não deixa o A. de acudir ao estado atual do problema das relações entre Gil Vicente e Torres Naharro (págs. 221-231).

Dos três capitulos a que se vai fazer menção especial, o primeiro é "As tapeçarias luso-indianas" (págs. 151-169). Cita o A. 18 dados ou informações sobre as colgaduras mandadas executar por D. Manuel, na Flandres, com motivos sobre os descobrimentos das Índias Orientais, os seus heróis e os seus exotismos. A tapeçaria flamenga constitui um estilo, moda ou maneira que o A. considera, do seu especial ponto de vista, "como um dos índices da ambiên-

cia lendária que criou o ciclo dos valores míticos, recolhido e coordenado por Camões nos *Lusíadas*". O segundo capítulo "Heroísmo e ciência" (págs. 171-195) é como que um aditamento esclarecedor às polémicas de Menéndez y Peñayo sobre a ciência espanhola, porque articula a cultura científica com o caráter geral da ação. E poderá ter também este capítulo um propósito polémico, porque reivindica para Portugal o nobre lugar na ciência e na filosofia. Mas no seu grande século, primam as ciências de aplicação, as quais envolvem caráter prático e utilitário, pois nasceram de emoção dos descobrimentos geográficos e, portanto, numa atmosfera de exaltação heróica. Estudando alguns clássicos dessa ciência utilitária (Pedro Nunes, Duarte Pacheco Pereira, Tomé Pires, D. João de Castro, Antônio Galvão, Fernão de Oliveira e Garcia da Orta), surpreende o A. novamente aqueles dois lugares-comuns da "fraseologia heróica", a que acima se fez referência (v. págs. 174-175, 188-189 e 191). O terceiro capítulo "um conceito de Miguel Ângelo" (págs. 233-238) é a glosa crítica a uma tese de Costa Lobo sobre a interpretação de certo grupo do *Juízo Final* do pintor italiano: a presença de Portugal, nesse afresco, personificado em certa figura. Representa esse grupo a ação missionária de Portugal, "um bem honroso reflexo da nossa idade heróica sobre o gênio de Miguel Ângelo, reflexo coado através do prisma da visão romana".

Termina esta Parte Segunda com dois capítulos ("A juxtaposição das religiões", págs. 301-306; e "A contemplação do universo", págs. 307-343) destinados a estudar dois problemas estéticos de *Os Lusíadas*. O primeiro é "a coexistência e interpenetração das duas formas opostas de maravilhoso: o mitológico pagão e o cristão" — incongruência ou dualidade que não é só de Camões, é de todo o ambiente mental da época renascentista. A intervenção dos deuses mitológicos na ação descobridora dos portugueses, vai servir ao Poeta para desenvolver uma tese. Eis outra grande novidade da presente obra: a demonstração dada pelo A. de que *Os Lusíadas* são uma obra de tese. E a tese é a seguinte: os feitos dos portugueses nas empresas da navegação e da conquista ultramarina excediam os dos antigos, quer os verdadeiros, quer os fanáticos. A págs. 305 e 381, notas 37 e 48, o A. cita alguns lugares do poema em que a tese está recapitulada e aduzida com casos concretos. É, porém, no apêndice à presente obra — "Ainda a Épica Portuguesa (Nótulas de auto-crítica)" — publicado nesta *Revista de História*, que o A. documenta, mais ampla e profundamente a tese de Camões; a qual visa a demonstrar que os portugueses não só excediam os antigos em realizações heróicas, mas também os ultrapassavam na dor e no sofrimento; em tudo competiam com eles, no bem e no mal. O outro problema é a contemplação do universo ou o exame direto da máquina do mundo (canto X, estâncias 76-91), que é, ao mesmo tempo, "profecia histórica, síntese astronômica e descrição geográfica". Essa contemplação ou esse exame, que poderia parecer uma excrescência no poema, representa para o A. uma "forma superior de prêmio, recompensa puramente intelectual" dada pelos deuses aos portugueses (págs. 307, 329, 338 e 394). Filia-se ainda essa contemplação do universo na nobre e vetusta tradição da poesia astronômica (págs. 310-326), porque toda a grande epopéia é um conglomerado de "heroísmo guerreiro, navegações e exploração do céu". A contemplação do universo excedeu o âmbito da própria poesia, recorda o A. a págs. 327-330, e teve na pintura, com Raffaello Sanzio, um poderoso e eloquente intérprete.

A Parte Terceira — "Idéias Finais" — compõe-se de três capítulos ("Corolários de doutrina", "Relance sobre os poemas quinhentistas" e "O reverso da medalha"). Finaliza a obra com um Apêndice, que se prende ao Cap. IV (págs. 136-137): "Genethliacon Principis Lusitani", De Lúcio André de Resende. O primeiro capítulo oferece um critério novo para julgar do verdadeiro caráter épico de um poema. Para o A. o poeta épico não é o criador da ma-

téria épica; não tem sequer o poder de colorir de tom épico a matéria comum ou já de si heróica; a matéria é-lhe anterior e é de criação coletiva. A epopéia é a glosa poética de um mito; portanto, o mito é a condição prévia da epopéia (págs. 347-348). "Esta condição essencial da anterior presença de um mito coletivo como introdução à epopéia", verifica-se em todos os casos de floreação do gênero épico, sejam ou não os poetas bem conhecidos e individualizados: Homero, Vergílio, o autor dos *Nibelungen*, Dante, Ariosto, Tasso, Camões e Lonnot (págs. 348-352). Não é uma restauração da velha teoria romântica de coordenação de rapsódias e baladas o que o A. propõe. O que ele cita quase exaustivamente e com sumo relevo e glosa com objetividade e fragrância, são os índices da ambiência lendária que nasceu dos mitos heróicos. Dêsse critério ou teoria extraem-se quatro corolários. Vai fazer-se referência somente ao primeiro: a transformação do conceito tradicional da crítica de fontes, isto é, aquela que "procura as reminiscências de leituras, as prováveis e as conjecturais", baseada apenas nas coincidências formais e estilísticas e na anterioridade cronológica. Exemplificando com três episódios de *Os Lusíadas*, o do Velho do Restelo, o da Ilha dos Amores e o dos Doze da Inglaterra, o A. mostra que "existe uma continuidade literária subterrânea, uma infra-história, que é seqüência e transmissão de motivos, de pequeninas invenções de expedientes expressivos e de conceitos de valor, que são como o concreto único das grandes massas arquitetônicas, em que só as linhas dominantes têm autoria individual". Com o pensamento no episódio do Velho do Restelo e no trabalho sumamente erudito que lhe dedicou o Prof. Rebelo Gonçalves, adverte ainda o A. se pode rastrear o "recheio retórico" dêsse e possivelmente de outros episódios, mas o que está por detrás dêsse "recheio retórico" é aquela continuidade subterrânea ou infra-histórica (págs. 355-362).

E chega-se ao derradeiro capítulo: o duelo entre a mentalidade épica e a mentalidade crítica, ou entre o narcisismo heróico e o ensaísmo, ou ainda na velha fórmula do A., proposta na *Menoridade da Inteligência* (págs. 113-133): a oposição entre o **memorialismo** que é "a posição do espírito de quem se deleita preferentemente em recordar e entesourar lembranças" e o **voluntarismo ético**, a "atitude que consiste em drenar tôdas as energias para o esforço ativo, que mantém os sentidos e a inteligência alerta e sob o comando de uma idéia". O ensaísmo tem, aliás, no A. uma voz legitimamente portuguesa e solidariamente universal, porque alia os seus influentes propositos de interpretação anti-pastorista da vida e da cultura portuguesa com a sua análise ansiosa e dolorida dos sintomas patológicos da vida de hoje e a sugestão de métodos terapêuticos para debelar a crise contemporânea.

Fenece o trabalho com um colofone à maneira dos velhos livros — "Finiis Laus Deo Brasiliae Gratias". Mas é o Brasil, melhor, o meio intelectual brasileiro, que deve ser reconhecido, ao A. que já, de há muito, vem prestando incansavelmente relevantes serviços ao nosso país, na cátedra e pela pena, através do magistério superior da alta crítica interpretativa e da filosofia da literatura.

Também este ano, em Portugal, foi publicado um novo trabalho do Prof. Hernani Cidade, **Luis de Camões. II — O Épico**. O livro do Prof. Cidade é de crítica externa, visto que procura surpreender valores estéticos e ideológicos do poema. Deixa, na sua obra, muita coisa não **esboçada**, mas **realizada** e digna da grandeza do Poeta. Recebeu assim a matéria épica de Camões dois consagradores estudos, cada um com a sua contribuição, entrevista na peculiar inclinação crítica dos seus Autores. Nunca as mãos lhes doam.

CARLOS DE ASSIS PEREIRA.

CIDADE (Hermani). — *Luis de Camões — O épico*. Revista da Faculdade de Letras. Tomo XVI. 2.ª série. ns. 1 e 2. Universidade de Lisboa. 1950.

Este segundo volume que a respeito de Camões escreve o prof. Cidade surge 14 anos após o primeiro, "Luis de Camões — o lírico". Tal como no primeiro em relação à obra lírica, propôs-se aqui o Autor examinar a estrutura interna da obra épica, não com esmiuçamento erudito — campo já demasiado explorado e ainda continuamente revolido — mas como o fim de traçar dela uma visão sintética, bem como do poeta épico: "estudar nele (o poema) valores estéticos e ideológicos". (Pg. 5 — Nota preambular). A começar pelo plano do estudo sente-se essa direcção, plano que rapidamente se poderia resumir na citação dos capítulos em que se divide a obra: I. O ambiente histórico em que surgiu o poema; II. O assunto d'Os Lusíadas; III. A estrutura clássica d'Os Lusíadas; IV. O estilo épico n'Os Lusíadas; V. A realidade objetiva n'Os Lusíadas; VI. O maravilhoso n'Os Lusíadas; VII. A substância épica n'Os Lusíadas; VIII. A substância trágica; IX. A substância lírica do poema; X. A personalidade de Camões através da obra lírica e épica: tentativa de síntese. E mais três apêndices: I. Projeção d'Os Lusíadas no mundo; II. O problema das edições; III. A génese do poema e a tese do prof. Fidelino de Figueiredo.

Começando pelo estudo do ambiente histórico em que surgiu o poema, defende a tese de que é este realista, por celebrar heróis reais e feitos verdadeiros, não criações lendárias ou fantásticas. Nasceu de uma emoção que a própria grandeza das ações descritas não podia deixar de suscitar. O quadro histórico que diante de si encontrou Camões, voltando-se para o passado português, era por si só suficientemente impressionante para despertar o canto épico na sensibilidade apurada do poeta — campo fecundo pronto para as sementes.

É aqui que o Autor contradiz a tese exposta pelo prof. Fidelino de Figueiredo, ["A épica portuguesa no século XVI" — Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (CI — Letras, n.º 6). São Paulo, 1950.], contradizendo essa confirmada no apêndice III, e baseada, parece-nos, numa interpretação demasiado literal daquela tese.

Diz o prof. Cidade (pg. 10): "qual a obra coletiva que tomou n'Os Lusíadas expressão individual, ou seja, a obra que esteja para o poema camoniano como, na velha e ultrapassada concepção, as rapsódias gregas estão para os poemas homéricos ou as cantilenas medievais para as *Chansons de Geste*? Qual o mito glosado pel'Os Lusíadas? — "A redação em latim por Mateus Pisano e Frei Justo de Ceuta dos feitos ultramarinos..."; "os panegíricos do espírito heróico de João de Barros, Castanheda e Gaspar Correia

Releve-nos, porém, o eminente crítico observar que tais propósitos **individuais**, realizações **individuais**, referentes a **factos históricos**, sem outro coeficiente de deformação além do normal em toda a narrativa histórica, foram, na verdade, ambiente propício ao surgimento de *Os Lusíadas*, mas bem longe de ser o da criação mítica, o da obra coletiva a que o poema desse **expressão individual**".

Ora, quer-nos parecer que é outro o pensamento do prof. Fidelino de Figueiredo: na sua tese, "o ambiente lendário, propício à fermentação épica," é que constitui a obra coletiva, **social**, imaterial, de que são índices sintomáticos aquelas criações individuais acima citadas, não é a soma delas que forma ou constitui esse ambiente.

E poderíamos ainda perguntar: a simples contemplação direta daquele quadro histórico bastaria para inspirar o poeta épico, sem que concorresse para prepará-lo uma ambiência social épica? Aceitar tal idéia não seria revestir de valores modernos, de homens do século XX, com a perspectiva histórica de quatro séculos mais, a sensibilidade e a inteligência de um renascentista?

Sendo um poema de glorificação do "peito ilustre lusitano", acêntua o prof. Cidade. Os *Lusiadas* giram, contudo, em tórno de um eixo central, os feitos marítimos portugueses, a "supremacia da ação ultramarina". Esse tema foi enquadrado numa estrutura clássica, tal como a podia arquitetar um renascentista; mas, imitando Virgílio, Camões o faz alargando o alcance do que diz, porque o próprio tema é sem dúvida mais largo. Tradú-lo, porém, através de uma visão clássica, intelectualizada, da natureza, a que dá um caráter mais realista a dura experiência que o poeta provará. Não é, todavia, uma arte gratuita, atribui-se, pelo contrário, uma missão, patriótica e crítica, a de mostrar as grandezas como os erros portugueses.

Outro ponto que o prof. Cidade debate é o da ausência de vida interior nos heróis d'Os *Lusiadas*, ausência acusada pelo prof. Jirmounsky, a que o Autor responde mostrando que tais heróis, dentro do papel épico que lhes coube, são homens de ação, e, além disso, históricos, isto é, reais; a eles não poderia a imaginação deformar psicologicamente. O poeta só os poderia apresentar como paradigmas, e, como tais, simples, esquemáticos.

Sem dúvida, é dos mais esclarecedores o capítulo sobre o maravilhoso d'Os *Lusiadas*. A viagem do Gama faz-se sob a proteção divina, conceito cristão, como o são os vários milagres que Camões narra. Mas, para ornato da matéria básica, a realidade histórica, o espírito renascentista de Camões preferiu a mitologia clássica, ao contrário de Tasso, que usou do maravilhoso medieval: "... não seria o caráter folclórico ou mitológico do maravilhoso, mas a eficiência ou ineficiência do artifício na criação da beleza e dos símbolos, que então se impunha à consideração do Poeta — e que hoje merecerá ser considerado pela crítica" (pg. 101).

É igualmente aguda a observação de que o plano do mitológico e o da realidade convivem quase independentemente um do outro. Isso explica as incongruências e contradições surgidas quando se verifica a intersecção desses dois planos: em conclusão, os deuses mitológicos, sendo irrealis, valem apenas na medida em que aformoseiam o poema.

Após outros capítulos igualmente úteis, remata o livro um capítulo sobre a personalidade de Camões — "Tentativa de síntese" — personalidade maleabilíssima na sua múltipla variedade de aptidões intelectuais e de capacidade sentimental, que se equilibram com fortaleza, elegância e largueza de visão.

O apêndice I — A projeção dos *Lusiadas* no mundo — limita-se ao estudo da carreira do poema através da Europa e dos séculos, nas muitas traduções que sofreu. Não há propriamente um estudo da ressonância que teve em espíritos estrangeiros e dos ecos que neles teria despertado, terreno da literatura comparada que o prof. Cidade preferiu não penetrar.

LYGIA ALVARES CORREA.

AZEVEDO (Thales de). — **Povoamento da Cidade do Salvador.** Evolução Histórica da Cidade do Salvador. Vol. III. Publicação da Prefeitura Municipal do Salvador, comemorativa do IV Centenário da Cidade. Tipografia Beneditina Ltda. Bahia. 1949. 415 pp.

Da importância dos estudos regionais, no campo da história, seria superfluo falar, tal o interesse que oferecem as respectivas pesquisas e análises para o conhecimento, em conjunto, dos acontecimentos ou fenômenos históricos do Brasil. Essa importância cresce quando se encontra um estudo sério e bem documentado, em que o fato histórico não é friamente descrito, mas, ao con-

trário, investigado com os elementos sociológicos ou antropológicos que permitam sua melhor interpretação.

Fato dessa natureza acontece, por exemplo, com o livro "Povoamento da Cidade do Salvador", do professor Thales de Azevedo. Não se restringiu o Autor a um mero enunciado do que foi o povoamento da vetusta capital bahiana; fez, antes, uma análise dos aspectos sociais e antropológicos do processo de povoamento humano do Salvador, para tornar o seu livro uma das melhores contribuições de história social já aparecidas na bibliografia histórica do país. Na verdade, esse aspecto é que merece salientar-se na valiosa obra do professor Thales de Azevedo.

"Povoamento da Cidade do Salvador" analisa o processo de ocupação humana daquela área bahiana, mostrando as condições ecológicas e antropológicas que caracterizaram tal processo. Não somente os aspectos atinentes ao meio físico e à adaptação humana, como também os relativos à alimentação e à habitação são examinados e expostos. Tais aspectos têm interesse particular no estudo da colonização do Brasil e, pois, do povoamento, porque se ligam intimamente à ambientação e adaptação do elemento humano. Do ponto de vista histórico aumenta de interesse sua análise, porque permite, com seu exame, verificarem-se condições, não puramente históricas, é certo, porém fundamentalmente básicas, para que se pudesse processar o povoamento.

O fato ou fenômeno histórico não se verifica, nem se processa, sem que fatores sociológicos e antropológicos dele participem: é o que a história social ou a história cultural permitem mostrar, quase na sua intimidade, o motivo de ser, a causa decisiva, o elemento, se não determinante, ao menos condicionante, do aspecto estudado. Daí o interesse com que os aspectos sociais ou culturais, estes no seu sentido antropológico, são estudados na interpretação histórica.

Assim o fazendo, ou, melhor dizendo, levando em consideração tais aspectos, o professor Thales de Azevedo proporcionou ao conhecimento de um fato histórico — o do povoamento da capital bahiana — aqueles aspectos que lhe são, por assim dizer, essenciais: os que se ligam à intimidade desse povoamento, às suas condições internas, ligadas estas às relações de raça e de cultura, de modo geral, ou, em particular, às condições ecológicas e antropológicas da respectiva ocupação humana.

Dentro desse critério é que se podem apontar, aliás, na obra do professor Thales de Azevedo, aspectos que têm importância mais larga que a de simples interesse regional ou bahiano; aspectos de interesse mais geral ou brasileiro, porque ligados também ao processo de ocupação humana de outras áreas do país. Elementos que permitiriam mostrar, através de exame mais acurado, as peculiaridades de povoamento em outras áreas do Brasil.

O material de trabalho utilizado pelo autor de "Povoamento da Cidade do Salvador" foi, sem dúvida, de primeira ordem: serviu-se de fontes primárias da maior importância: documentos coevos de arquivos e obras de autores contemporâneos do episódio analisado. Isto lhe permitiu dar ao assunto estudado minúcias do maior alcance, pela penetração à intimidade dos problemas ligados ao povoamento.

Se no livro do professor Thales de Azevedo há alguma coisa a se fazer restrição ou conceito com o qual não se concorde integralmente, parece que isto é superado pelo que há de bom, quase diria, de ótimo no volume. O que me leva a dar a esta nota menos uma atitude de análise mais minuciosa que a de pedir a atenção dos estudiosos para um estudo sério como esse; estudo, aliás, que se feito, nos mesmos moldes, para outras regiões, permitiria um conhecimento mais exato da formação social brasileira, em suas bases ecológicas e antropológicas, nos quadros de nossa História.

MANUEL DIEGUES JUNIOR.

TAUNAY (Afonso de E.). — **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Volume XI. Imprensa Oficial. São Paulo. 1950. 219 pp.

Quando o emérito mestre Prof. Taunay publicou o primeiro volume de sua magistral obra de título acima referido, afirmou que era um trabalho de análise. Realmente o monumental e imprescindível relato sobre a nossa magna epopéia é em seu todo um verdadeiro microscópio assentado no passado do bandeirismo, a examinar e a esclarecer nas suas menores e mais umbrosas minúcias do fenômeno magnífico que foi o grande e heróico feito paulista. Trata-se, pois, não só de uma exposição cronológica admiravelmente documentada, mas de um exame minuciosíssimo e de apurada crítica dos diversos episódios e eventos que encadeiados formam o grande capítulo do passado paulista, o qual é um alicerce de solidez e de brilho que nenhum outro povo no mundo tem melhor. Com esse trabalho o insigne Prof. Taunay, não só se afirmou como um grande analista, o maior cronista do bandeirismo paulista, como um profundo e percuciente examinador das várias minúcias desses fulgurantes episódios do nosso passado.

A **História Geral das Bandeiras Paulistas** é um trabalho de análise a mais profunda sendo o bandeirismo paulista reconstruído nas suas menores minúcias, como se fôsse um desses **capo lavoro** de um miniaturista da Renascença italiana. Em matéria de análise, de fato o trabalho do Prof. Taunay esgota o assunto. É tal a quantidade de conhecimentos sobre os acontecimentos relativos ao bandeirismo que a **História Geral das Bandeiras Paulistas** é insubstituível para quem queira conhecer o fenômeno. O trabalho todo nos seus onze volumes que o compõe é um minuciosíssimo relato cronológico, dissecando o capítulo nas suas mínimas ramificações. Assim, não se trata de uma restauração com suas causas e efeitos perfeitamente evidenciados. Nada disso! O erudito mestre só cuidou da cronologia do bandeirismo, além do exame crítico dos diversos episódios. Não projectou o fenômeno como deveria ser feito, se fôsse um mero trabalho de síntese, nos quadros da história paulista, da história brasileira ou da história mundial. A esse respeito o trabalho do emérito professor Taunay não penetrou sequer no assunto. Assim não constatou os **porquês**, isto é as causas do fenômeno que tão proficientemente analisou.

Sim, porque não há ação humana que não seja motivada por qualquer causa. O bandeirismo também o foi! Mister se fazia que se perscrutassem essas causas. Só depois de feito isso, o capítulo podia ficar bem reconstituído.

É por isso que para um capítulo histórico ser restaurado se faz mister a análise e a síntese.

O volume XI da **História Geral das Bandeiras Paulistas** também não é trabalho desse gênero, isto é, de restaurar completa e sinteticamente o fenômeno em suas causas e nas suas conseqüências, pois é, continua no diapasão dos volumes anteriores. Eis que o volume XI da **História Geral das Bandeiras Paulistas** apenas relata os acontecimentos, os esclarecendo analiticamente de forma convincente. Não os critica de modo geral! Não os explica! Não os interpreta! Não os projecta nas páginas do passado brasileiro! Não verifica dele toda a importância em relação aos efeitos produzidos! Assim, não seria possível a verificação dos **porquês** o bandeirismo teve início; teve apogeu; teve determinada coloração especial; teve agonia e teve fim, etc.

Desta maneira, a **História Geral das Bandeiras Paulistas** do emérito professor Taunay é um relato expositivo que é um repositório imenso de ensinamentos preciosos sobre os característicos de várias espécies de sertanismo.

Sem essa análise microscópica e exaustiva, com paciência levada a termo pelo meu eminentíssimo mestre e dileto amigo, não seria possível a elaboração da síntese explicativa, crítica e interpretativa do maravilhoso capítulo da História de S. Paulo.

Assim as duas formas, isto é, a análise e a síntese, são necessárias para se restaurar um capítulo histórico qualquer. A análise expositiva metódica e percuente deve preluir a síntese explicativa e interpretativa, com seus porquês, suas causas e suas conseqüências bem ressaltadas, etc.

O volume da *História Geral das Bandeiras Paulistas* que vem de sair não escapa a esses delineamentos.

* * *

O professor Taunay no seu volume XI da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, pág. 34 a 35, considera como tendo sido Goiás a região objetivada e atingida pelas bandeiras de

- a) João Pereira Botafogo
- b) Domingos Rodrigues
- c) Belchior Dias Carneiro
- d) Martim Rodrigues Tenório
- e) Pedro Domingues
- f) Antônio Pedroso de Alvarenga.

Tivesse o erudito mestre lido o meu *Meio século de Bandeirismo* editado em 1947, na série Brasileira, pela Cia. Editora Nacional, a qual é na verdade a minha tese de concurso que o eminente mestre conhece, não teria sido tão peremptório. É que essa edição é muito aumentada por novas pesquisas que fiz em documentos que vistoriei depois, de modo que fui levado assim a reformar os pontos de vista que tinha à propósito dessas bandeiras. Hoje estou na crença, naturalmente com base na argumentação que expendi no livro citado, que todas essas bandeiras tiveram por mira o Guairá, umas se internando mais que as outras; algumas alicerçadas por mais forte documentação, no concernente às regiões por elas trilhadas. É possível que os meus pontos de vista não sejam os mais acertados! Nem por isso deveriam ser silenciados, tanto mais que opiniões minhas anteriores foram mencionadas.

Eu atribuo esse lapso de egrégio mestre ao fato de que já se tendo familiarizado com a primeira edição do *Meio século de Bandeirismo*, por ter feito parte da banca de meu concurso, no qual esse trabalho foi apresentado como tese, não ter julgado interessante vistoriar a 2.ª edição. Entretanto esta, como eu disse acima, modifica e se acresce de muita cousa, que eu julguei útil, depois de vistoriar muito documento desconhecido antes e muita bibliografia que eu não havia antes compulsado. Foi lamentável não haver o mestre lido esse trabalho, pois se o tivesse feito, é possível que seu ponto de vista se alterasse quanto ao roteiro das expedições supra referidas, bem como à localização da toponímia indígena constante da documentação conhecida e da bibliografia existente, principalmente da designação — Parahupava, que não é possível se afirmar com segurança onde ficava, cousa que acontece com o rio Maranhão. Podiam ser ambas essas designações de lugares no Guairá.

Eu encontro nomes de companheiros da bandeira de Pedroso de Alvarenga, em expedições no Guairá na mesma ocasião em que Pedroso de Alvarenga documentadamente está no sertão de Parahupava, ou do rio Maranhão!

* * *

Isso aliás é uma minudência mínima e sem importância, não alterando em nada os quadros gerais do bandeirismo paulista.

ALFREDO ELLIS JÚNIOR.

ASSIRELLI (Oddone). — *L'Afrique Polyglotte*. Paris. Payot. (Tradução francesa).

A África, em certo sentido, é ainda uma parte do mundo inexplorada. Com vistas a esse continente, naturalistas, geólogos, etnólogos, historiadores das religiões etc., trabalham ininterruptamente para elucidar certos assuntos que nos interessam sobremaneira.

Apresentamos em resumo algo a respeito das línguas da África.

Para avaliar-se a dificuldade deste assunto, é mister lembrar, logo de início, que, sendo elevadíssimo o número de línguas, este não foi ainda fixado exactamente. Mesmo em alguns grupos de línguas há ainda certa vacilação. Por exemplo, as línguas bantus são, segundo alguns autores, em número de 366; si por um lado for considerado desaparecido o libico, por outro sobrevivem os 50 ou mais idiomas bérberes; só os dois grupos nilo-congolés e ubanghiano possuem 44 idiomas e há tribos que dentro de uma pequena área falam 7 ou 8 línguas. Não se pode também traçar ainda uma linha bem divisória entre línguas e dialetos.

Além de muitos outros trabalhos sobre as línguas, que seria difícil citar devido ao espaço, convém lembrar a "Polyglotta Africana" de Koeller (1854) e a "Polyglotta Africana Orientalis" de J. T. Last (1885). Estas obras não tratam de todas as línguas africanas, é conveniente lembrar, mas somente das referentes a uma zona limitada.

O fundador da glotologia bantu foi G. Bleek. Sua dissertação tornou-se célebre: "De nominum generibus Linguarum Africae Australis; Copticae Semicitarum aliarumque sexualium", Bonnæ 1851. O autor funda-se em extensíssimo conhecimento das línguas da África meridional, ocupando-se da afinidade hotentote com as línguas camíticas. Escreveu várias obras e entre elas é forçoso mencionar a "Comparative Grammar of South African Languages". Dado o valor deste livro foi o autor chamado o "pai da lingüística africana", o Bopp das línguas bantus.

O descobridor, porém, das línguas que, mais tarde foram chamadas bantus, foi o naturalista Lichtenstein, que esteve no Cabo da Boa Esperança desde 1803 a 1806. Comparou êle grande número de vocábulos entre si, especialmente de Moçambique e chegou à conclusão de que as línguas da África meridional, de Banguela de um lado e Kilwa do outro, formavam uma só família. Essa descoberta foi demonstrada em um trabalho escrito em 1808, em que são examinados também os prefixos das classes nominais, que formam a característica mais notável das línguas bantus.

É mister dizer também que Marsden, em 1816, independentemente de Lichtenstein, reconheceu a unidade das línguas da África ao sul do equador, excluindo o hotentote-boximano. A verdade científica foi mais tarde demonstrada por Gabelents, Ewal e Port.

Preciosa é a obra do jesuíta Torrend, "Comparative Grammar of the South African Bantu-Languages" (1891); também a de H. H. Johnston, "Comparative Study of the Bantu and Semi-Bantu Languages" (1919); bem assim são de valor os trabalhos de Delafosse, na obra "Les Langues du Monde"; os livros do célebre bantuista L. Homburger; os trabalhos dos incansáveis pesquisadores como Lottner, F. Müller, Reinisch, Westermann, Norris, Logan, Christaller, Krause, Lepsius, Finck, De Gregorio, etc.

O missionário luterano K. Meinhof, com os seus estudos, criou a fonologia científica do bantu e reduziu-a a tal grau de precisão que pode rivalizar com a aperfeiçoada fonologia indo-européica, também no que se refere à reconstrução das formas pré-históricas.

Notável impulso, sob o aspecto de afinidades, deu aos estudos dos grupos das línguas da África entre si e em relação a outros grupos lingüísticos, o Prof. Alfredo Trombetti, com os seus trabalhos científicos.

O primeiro livro impresso em língua bantu foi publicado em Lisboa em 1624. No mesmo século apareceram outras publicações como sejam um catecismo na lingua de Angola, um vocabulário e uma gramática da lingua do Congo (obras do P. Giacinto Brusciotto di Vetralla) e uma gramática angolosa. Mais tarde o P. Bernardo Maria de Canneccattim publicou em Lisboa, em 1804, um dicionário e "Coleções de Observações Gramaticais sobre a lingua Bunda ou Angolense", Lisboa, 1805. Finalmente, uma obra que merece a nossa atenção particular é a do Prof. Oddone Assirelli, "África Polyglotta", Bolonha, 1938. O seu autor, o Prof. Assirelli, é atualmente o encarregado do Curso de Glotologia na Universidade de Bolonha. É ele um dos glotólogos de maior reputação na Europa e foi discípulo de Trombetti. De tal valor é essa obra que foi agora traduzida para o francês pela Casa Payot, Paris.

Um dos aspectos por que atrai sobremaneira "L'Áfrique Polyglotte", de Assirelli (refundida e aumentada pelo autor) é o fato de demonstrar o traço de união entre certas linguas africanas e as linguas desaparecidas da América, do Oriente e especialmente da Oceania.

Sabe-se que as teorias da afinidade entre as linguas da África e outros grupos são as mais variadas possíveis. Apresentamos apenas o exemplo interessante de Drexel que, numa série de artigos, na revista "Anthropos", tentou aproximar os africanos e os sumerianos. Nenhum glotólogo, é de crer, pretende a solução de certos problemas, estudando um grupo isolado de linguas e desprezando os restantes. Também nenhum antropólogo ou etnólogo haverá que, pretendendo esclarecer questões centrais de sua especialidade, se preocupe somente com uma determinada raça de uma certa época. O lingüista precisa tomar em consideração toda e qualquer lingua e os grupos de linguas considerados no tempo e no espaço. Se há linguas, porém, queremos frisar, que devem preocupar sobremaneira o glotólogo, em suas pesquisas, são justamente as mais antigas, as pré-históricas, aquelas que podem ser o reflexo mais perfeito dos homens nas trevas da pré-história. As linguas da África prestam-se para essas pesquisas. Os idiomas dos indigenas, que pouco se alteram no volver dos séculos, constituem manancial precioso para estudo. A lingua dos pigmeus por exemplo, que, segundo opinião de alguns etnólogos modernos, são o pesquisador. O livro do Prof. Assirelli, por muitas razões, se impõe a todo o estudioso de glotologia.

JORGE BERTOLASO STELLA.

SARMENTO (Alexandre). — *Para a História do Huambo*. Edição dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Nova Lisboa, s/d., I. vol., 47 pp.

A conquista militar e a ocupação do Distrito de Huambo, em Angola, é o tema dessa plaquette de autoria do dr. A. Sarmiento, ilustrado pesquisador português, a quem se devem numerosos trabalhos sobre medicina, antropologia física e etnografia da África Ocidental Portuguesa. O volume contém uma série de artigos, publicados na imprensa angolana, nos quais o A. fixa episódios da campanha empreendida em 1902 pela chamada "Coluna do Sul" contra as tribos negras da região. Tratando-se embora de crônicas escritas sem pretensão científica, — em suas páginas foram rememorados e pela primeira vez registados diversos pormenores importantes daquela fase da penetração lusitana nas terras da colônia de Angola, onde hoje florescem alguns núcleos de civilização, entre os quais Nova Lisboa, a própria capital do Huambo.

THALES DE AZEVEDO.

WAGLEY (Charles), AZEVEDO (Thales de) e PINTO (Luiz A. Costa). —
Uma pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia. Publicações do
Museu do Estado — n.º 11 — Secretaria de Educação e Saúde —
Bahia — Brasil — 1950.

E com prazer que registamos a realização, na Bahia, de um trabalho de campo, do qual o folheto citado indica programa e desenvolvimento; o interesse que um trabalho desse tipo representa para nós, brasileiros, poderá melhor ser aquilutado através de um breve resumo de como e para quê será levada a efeito a pesquisa.

Em julho de 1950 começou o Estado da Bahia, em cooperação com o Departamento de Antropologia da Columbia University, de New York, uma pesquisa de antropologia social e de sociologia com o fito de fornecer uma base objetiva para o planejamento dos programas de educação e saúde pública nas zonas rurais do Estado. Aspectos interessantes apresenta a pesquisa: foram escolhidas, para o estudo, comunidades em três zonas ecológicas diferentes do Estado; o programa foi elaborado em conjunto por cientistas norte-americanos e brasileiros; a pesquisa tem como fim a solução de problemas sociais.

Charles Wagley, antropologista da Columbia University, e Eduardo Galvão, etnólogo do Museu Nacional, Rio de Janeiro, prepararam o ante-projeto. A pesquisa se desenrola sob a direção de Charles Wagley, Thales de Azevedo e Luis A. Costa Pinto, auxiliados por estudantes americanos graduados em antropologia pela Columbia University e estudantes brasileiros de ciências sociais.

Antes de iniciado o trabalho de campo, o programa sofreu um estudo preliminar, tanto na Bahia quanto na Columbia University, em seminários de que participaram, além dos pesquisadores, diversos especialistas em coisas do Brasil.

Procuram os pesquisadores obter, primeiramente, um conhecimento da sociedade e da cultura dos habitantes rurais da Bahia, para depois investigar a dinâmica das mudanças culturais que atualmente lá se verificam, ligadas ao aparecimento de novas técnicas, novas formas de economia, etc. Porque apenas a área litorânea da Bahia recebe influências culturais modernas; mais de 70% da população do Estado (dos quais mais de 50% analfabetos), vivia em 1940 no interior do Estado, em comunidades pouco desenvolvidas tecnicamente e conservando um modo de vida tradicional. A multiplicação das estradas de rodagem, o tráfego de caminhões, puzeram ultimamente todo o interior em contacto com centros mais adiantados, a começar pela própria Capital, possibilitando maior rapidez nas mudanças culturais.

Depois de estudos preliminares, os pesquisadores dividiram o Estado em três zonas ecológicas, cada qual apresentando um passado histórico distinto e uma adaptação diferente do homem ao meio, e que são: 1) o Recôncavo; 2) o sertão do Nordeste; 3) as florestas do Sul; 4) o planalto central; 5) o vale do São Francisco; 6) o planalto ocidental.

Procedeu-se então à escolha das 3 zonas que seriam estudadas; o critério foi o da maior ligação social e econômica com a Cidade do Salvador, pois dada a deficiência de transportes, algumas das zonas ecológicas tinham mais relações com Belo Horizonte, por exemplo, do que com a Capital, sofrendo influências que não podem ser dadas como bahianas. As três zonas mais diretamente incluídas na órbita da influência socio-econômica de Salvador e nela integradas seja por estradas de ferro, seja por rodovias, são o Recôncavo, o Planalto Central e o Sertão do Nordeste.

Em cada uma destas zonas foram escolhidas duas comunidades: uma, decedente e isolada, em que a população tenha permanecido relativamente estável em relação com a população da zona toda, e que seja representativa da adaptação tradicional do homem àquele meio particular; e outra, em progresso, que ou sofreu transformações rápidas, ou surgiu há pouco tempo, — conhecida, então, como moderna. Um antropologista norte-americano e um estudante brasi-

leiro se ocupam de cada uma das zonas, procurando analisar, pela comparação das comunidades, as tendências das mudanças que nelas se processam.

Espera-se, com tais trabalhos, responder a questões propostas por educadores públicos, como por exemplo: "Que fatores na atual vida e na cultura social da região determinam a baixa frequência escolar?" Para tanto, o Serviço de Saúde do Interior do Estado da Bahia, sob a direção do Dr. Bichat Rodrigues, e o Departamento de Educação, sob a direção do Dr. Jaime Abreu, estão preparando um esquema dos problemas com que mais a miúdo se defrontam, suscetíveis de esclarecimento por meio de estudos antropológicos e sociológicos.

Não visam os pesquisadores fornecer somente uma base objetiva para programas de educação e saúde pública, mas concorrer também para o conhecimento da estrutura social brasileira e seu funcionamento e, por fim, alcançar melhor compreensão da dinâmica das relações humanas.

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ.

BATTISTI (Carlo) e ALESSIO (Giovanni). — *Dizionario Etimologico Italiano*. Istituto di Glottologia, Università degli Studi. Firenze. 1950.

É sabido que uma das características que distinguem os estudos etimológicos italianos dos de outros povos, é a preferência pelo estudo dos elementos dialectais em comparação com o dos elementos lingüísticos, e que as causas disto são a importância das falas dialectais, muito melhor conservadas, dentro do conjunto da língua italiana, do que em outras línguas, e a tradição da glottologia italiana, que já ao seu começo foi levada a dar notável valor ao dialecto como expressão imediata da vida popular.

Consequência natural dessa característica é por um lado a seriedade das obras etimológicas e lingüísticas italianas de inspiração e de finalidade analítica, e por outro lado o atraso, em comparação com as de outros países, da tendência para a síntese, de forma que sempre houve graves inconvenientes: falta de sistematização mesmo em trabalhos excelentes, como naqueles, por exemplo, dum C. Salvioni; escassez de preparação dos autores mesmo dos vocabulários etimológicos mais conhecidos, dum F. Zambaldi, dum O. Pianigiani ou dum E. Levi; imaturidade, dum ponto de vista moderno, dos critérios glotológicos, até nos três dicionários completados ou começados nos tempos mais recentes, o *Vocabulario della Lingua Italiana*, de N. Zingarelli (17.^a ed., 22.^a ristampa, 1947), o *Vocabulario dell'Accademia d'Italia* (1.^o vol., A. C., 1941) e o *Vocabulario della Lingua Italiana*, de G. Cappuccini e B. Migliorini (1946). Nestes três vocabulários, nos quais, aliás, a etimologia se baseia essencialmente no *Romanisches etymologisches Wörterbuch* de W. Meyer-Lübke, a insuficiência da história das palavras leva a um visível descuido do conteúdo espiritual da própria palavra, do seu valor efetivo, do grau da sua resistência contra os obstáculos de todo o gênero que é natural tenha encontrado no seu caminho desde as origens até hoje.

Verifica-se portanto que os estudos do italiano nada tinham até agora para pôr ao lado dos vocabulários etimológicos de outras línguas, como por exemplo a francesa (os de W. von Wartburg, em publicação; de E. Gamillscheg, de O. Bloch-W. von Wartburg, e de A. Dauzat), a alemã (os de Falk-Trop, de Kluge-Götze, e de H. Hirt) ou a inglesa (os de W. W. Skeat e de F. Holthausen). E era portanto natural que quem tencionasse dar para o italiano um trabalho análogo àqueles que acabamos de mencionar, tivesse de procurar pôr em dia, antes de mais nada, os critérios da sua preparação, apro-

veitando também ao mesmo tempo, claro está, os resultados notáveis obtidos pelas tendências analíticas italianas.

E o que se deu com os glotólogos Carlo Battisti e Giovanni Alessio, autores do *Dizionario Etimologico Italiano*, cujo primeiro volume (A-Ca) acaba de sair (Istituto di Glottologia, Università degli Studi, Firenze, 1950) pelo editor G. Barbèra. Diz a *Presentazione* deste primeiro volume: "Il Dizionario Etimologico Italiano, sigla DEI, è una opera scientifica di divulgazione intesa a promuovere, sia pure molto modestamente, anche all'infuori dei circoli competenti dei linguisti, filologi e lessicografi, un'adeguata conoscenza dell'origine e della storia dei nostri vocaboli" (pág. V). Conclui-se portanto, com esta obra, a época dos dicionários que reduziam a etimologia a modestos e frios "rimandi" à base presumida da palavra na forma actual, e abre-se também para a Itália, uma época de estudos etimológicos espiritualmente vivos, além de cientificamente rigorosos, mesmo nas limitações que os autores se impõem a si próprios, na aspiração a ampliar o horizonte de utilidade da própria obra, no intuito de a tornar acessível a um maior número possível de categorias sociais e de pessoas.

Da dúplice atenção dos autores para os resultados mais recentes da ciência glotológica e etimológica, e para as contribuições de palavras novas que vêm da vida moderna, cada dia mais especializada (veja-se por exemplo os campos do saber), nasce o conjunto de categorias de vocábulos que o DEI inclui: o património literário desde as origens até a hoje; os "tecnicismos", especialmente modernos; os "estrangeirismos" de uso-comum, as palavras dialectais (as usadas por escritores, as de muita difusão regional no italiano falado e as vezes escrito — que se reproduzem, claro está, na forma italianizada de uso comum —, e mesmo as de escassa difusão mas de notável interesse lingüístico — por conservarem fases latinas ou prelatinas que desapareceram da península italiana ou de todo o mundo neolatino, ou de parte dele).

O fio que liga idealmente todo este material não é a definição do vocabulário, mas a história dele: "Il DEI tende ad inquadrare la voce del lemma, spiegata dal richiamo alla presunta base in un tentativo di storia del vocabolo; la definizione, che nel caso di voci comunissime manca, e, quando esiste, ha l'unico scopo di individuare il vocabolo, ha una funzione secondaria e cerca, entro i limiti del possibile, di concorrere alla spiegazione etimologica, mettendo in evidenza i motivi probabili della denominazione" (pág. XIX). Tanto mais que tornam necessária esta tentativa sistemática de história do vocábulo, no sentido moderno, da sua vitalidade, como o sentem glotólogos desde M. L. Wagner e V. Bertoldi, quer os reflexos expressivos da complicada e fragmentada vida de hoje, que determina ambientações lingüísticas muito diferentes, quer as divergências entre o léxico moderno e o medieval. E temos finalmente, com muita vantagem dos estudos, uma orientação útil e eficaz para a etimologia do vocábulo italiano, pois os lemas do DEI obedecem rigorosamente a estes elementos: *parola d'ordine*, *derivati*, *definizione* (da palavra), *presentazione* (da etimologia) e *riferimento* (à lingua estrangeira ou ao dialecto).

No "mare magnum" da língua italiana, assim como se apresenta na valiosa obra de Battisti e Alessio, talvez o estudioso brasileiro ou português procure também com curiosidade a presença dos vestígios da sua língua. Ficará porventura satisfeito em apreender que já nas primeiras 153 páginas, de A a **amistà**, não menos que umas 70 palavras estão em relação total ou parcial com o mundo da sua língua, sendo umas 10 delas importação directa, para o vocabulário italiano, do Brasil. E acabaremos a indicação deste novo Dicionário reproduzindo algumas destas palavras, com a história que lhes dão os seus autores:

ABADA (bada) f., ant., XVI-XVIII sec.: la femmina del rinoceronte, il rinoceronte stesso; dal port. **abada** rinoceronte o corno di questo animale.

- AI m., zool.; bradipo; fr. ai (XVI sec.) da una lingua indigena del Brasile.
- ALVARENGA f., mar.; barcaccia da carico in uso nel Brasile; port. alvarenga, dal nome del fiume omonimo nel Brasile.
- AMARANTO m.; legno industriale brasiliano della *peltogyne confertiflora*; probabilmente da *Amarante*, città ad Est. del Piauby, nel Brasile, luogo di provenienza.
- AMEIVA f., zool.; piccolo lacertile dell'America tropicale; v. dotta, iat. sc. ameiva, voce brasiliana (1795, Meyer).
- AMERICANISMO m., XIX sec., -ista -istica; imitazione di usi e modi di vita americani. ling., modi particolari dell'ing. degli Stati Uniti; vocabolo delle lingue indigene americane entrato nelle lingue europee tramite lo spagn. e il port.; v. dotta, da "americano".

Dr. GIUSEPPE CARLO ROSSI.

Professor de Literatura Portuguesa
da Universidade de Roma.

QUENTAL (Anthero de). — *Cartas a Antonio de Azevedo Castello Branco*. Lisboa. Signo. 1942. Prefacio e notas de Adolpho Casaes Monteiro. 112 pp., 25 escudos.

Este volume, typographicamente aprimorado, foi publicado por ocasião do centenario do nascimento do poeta português. Contem trinta cartas dirigidas a um amigo intimo, o Conselheiro de Estado, A. de A. Castello Branco (1842-1916), que desempenhou altas funcções durante a monarchia, entre ellas a de ministro da justiça. Como toda a correspondencia de Anthero de Qental, estas cartas não têm só o interesse biographico e circumstancialmente historico, constituem tambem importantes documentos sobre a evolução das ideas do poeta michaelense (1842-1891), que por sua breve e preciosa obra articula o mundo da lingua portuguesa ao movimento da poesia philosophica da Europa, durante a segunda metade do século XIX. Anthero confessava-se na sua correspondencia e expunha theorias e systemas de ideas, sob o estimulo da emoção occasional ou mesmo sob a influencia dos problemas privados dos amigos. Grande poeta, foi tambem um mestre da prosa portuguesa, sobretudo na adaptação della á exposição das ideas abstractas. Por isso, a sua correspondencia tem sido incorporada á sua obra litteraria: em 1915 a Imprensa da Universidade de Coimbra publicou o volume *Cartas*, dirigidas a varios destinatarios; este volume foi reeditado em 1921, com augmentos consideraveis; em 1931 sahio outro volume de *Cartas inéditas a Oliveira Martins*; em 1935 um opusculo com *Cartas inéditas a Wilhelm Stork*, traductor allemão do poeta; e depois este que noticiamos.

São muitas as noticias deste epistolario dirigido a A. de A. Castello Branco, seu fraternal amigo, durante a existencia toda e apesar dos diversos caminhos politicos seguidos por ambos. Noticias que respeitam á sua vida sentimental, á sua instabilidade de determinação, verdadeiramente doentia, e ás suas ideas e tambem um pouco aos seus planos vagamente esboçados.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

CASTILHO (Julio de). — Memorias de Castilho. Coimbra. 1926-1934. 7 vols. 2.^a edição, 350 escudos.

Só agora me foi dado fazer a leitura desta obra, em verdade muito importante para a historia intima do romantismo português. Fora impressa antes, capitulo a capitulo, na velha revista coimbrã, **O Instituto**, durante muitos annos, o que tornava a sua leitura muito difficil. Nella conta o poeta e archeologo Julio de Castilho (1840-1919) a vida de seu pae, o poeta e apostolo da educação popular Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875). E fá-lo com toda a minucia, para o que procedeu ás mais escrupulosas investigações documentares, e com todo o carinho filial, que não exclue sua liberdade critica, num ou outro passo. A obra principia pela historia das origens da familia Castilho, que se forma em tórno de um professor de medicina de Coimbra. Castilho cegou aos seis annos, mas não deixou de se formar em direito canonico. Homem pobre, teve de lutar titanicamente pelo pão quotidiano. Casou duas vezes, uma por influencia do seu poema romantico **Cartas de Echo e Narciso**; mas foi o segundo casamento que foi fecundo de filhos, que vieram a illustrar-se em campos varios. Este cego era um sabio, um nobre poeta e um excellente educador. Como um dos três principaes obreiros do romantismo português, representa a sobrevivencia do espirito classico através do novo gósto. Elle mesmo se orgulhava dessa influencia moderadora sobre os impulsos de rebeldia romantica. Seu filho procura demonstrar o character salutar dessa influencia. E fazendo-o, defende implicitamente a memoria do poeta contra os ataques da geração de 1865, que teve por chefe Anthero de Quental. A polemica litteraria de 1865-1866 teve por alvo principal destruir a hegemonia espirital de Castilho. Tinha razão a gente nova, ansiosa de horizontes mais amplos que os que lhe proporcionava a obra de Castilho, toda ella de segunda mão, com uma grande mestria no dominio da expressão linguistica, mas sempre sem iniciativa creadora, como elle proprio reconhecia. Mas não é justa a condemnação que paira sobre toda a obra e toda a influencia do poeta, de que os historia-dores do litteratura se fazem echo. O mesmo Anthero de Quental, que fóra seu discipulo no Collegio do Portico, se foi irreverente nas demasias polemicas de 1865, não deixou de rever as suas opiniões e juizos sobre Castilho.

A politica da litteratura romantica, o convívio das suas principaes figuras, a nobre lucta de um cego pela manutenção dos seus, a coragem dessa lucta, que o leva aos Açores e ao Brasil, o indefesso trabalho litterario feito através de secretarios e, principalmente, o entusiasmo da sua campanha pela alfabetisação do povo e pela propaganda do **Methodo Castilho**, tudo se documenta com segurança nesta obra emocionante de Julio de Castilho, que nos obriga a respeitar a memoria do pae. Aquelle entusiasmo chegou a commu-nicar-se ás auctoridades officiaes e ao ambiente. Houve um momento em que o **Methodo Castilho** foi um grande problema e uma grande esperança na vida portuguesa. Julio de Castilho, seu filho e biographo, conta-nos tudo, dia a dia, e acaba por tambem nos conquistar. Será necessario fazer uma revisão do processo histórico de Castilho, cujos meritos serão diversos dos que lhe attribuem os seus apologistas, quando o irmanam com Garrett e Herculano, mas são muito maiores do que criam os seus adversarios de 1865 e os herdeiros da prevenção negativa dessa epocha. Aquelle nobre precedente de um poeta e humanista descer até ao povo mais humilde, para lhe communicar por um methodo rapido e ameno as luzes primeiras do saber, repetiu-se alguns decennios depois com outro poeta, o grande João de Deus, que concebeu tambem seu methodo e emprendeu tambem seu apostolado. Não faltam methodos, nem apostolos de alta categoria ao povo português, como estes dois poetas; o que lhe tem faltado é a vontade decisiva dos governos.

A meu juízo, Castilho foi um pre-romântico retardatário. Até o seu entusiasmo por Gessner confirma este laudo. O pre-romantismo podia ser assimilado por leituras e longe das suas fontes, como foi por este poeta cego, no seu longo homizão em Castanheira de Vouga, no presbyterio de um seu irmão. E tem outro merito: durante a usurpação de D. Miguel (1827-1834), quando se achavam emigrados os melhores espiritos, elle, sósinho, representou a cultura litteraria de tendencia reformadora.

A obra, apesar dos seus sete volumes, só alcança o anno de 1854. Ora depois dessa data é que se dá o choque das gerações, o qual traria maior interesse historico á obra. Estranhando que Julio de Castilho houvesse deixado incompleta uma obra que tanto e tanto prezava, pedi informações ao meu amigo, Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho, que foi quem se desempenhou da revisão desta edição posthuma, com inexcédível esmero. E do illustre professor chegou-me a seguinte resposta: a obra chegou a ser concluida pelo seu auctor, ainda que saltasse por cima de polemica de 1865-66; o que ficou incompleto foi a sua publicação; e esta, que estou noticiando, ainda mais incompleta que a publicação fascicular no Instituto. Também não se publicou o indice geral de assumptos e nomes, que o Prof. Ferraz de Carvalho pacientemente organisára. Mesmo incompleta, a obra tem uma grande importancia para o historiadôr da litteratura. Esperemos que o Prof. Ferraz de Carvalho possa levar a bom termo o seu grande serviço.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

CORRESPONDENCIA EPISTOLAR ENTRE EMILIO HÜBNER E MARTINS SARMENTO (Arqueologia e Epigrafia) 1879-1899. Coligida e anotada por Mário Cardozo. Edição da Sociedade Martins Sarmiento, subsidiada pela Câmara Municipal de Guimarães e pelo Instituto para Alta Cultura. Guimarães, 1947. XXI-329 pp. 102 gravuras, mapas e desenhos.

Sabíamos desde muito que o explorador de "Citânia de Briteiros", o arqueólogo português Martins Sarmiento, de renome internacional, mantivera, por alguns anos, correspondência mais ou menos aturada com Emilio Hübner, Professor de Filologia Clássica da Universidade de Berlim, poliglota, arqueólogo, e epigrafista dos mais notáveis do seu tempo. Como não poderia deixar de ser, essas cartas trocadas entre personalidades científicas de tal envergadura, constituem material subsidiário de incontestável importância científica.

Além disso, a correspondência em questão, divulgada recentemente em edição da "Sociedade Martins Sarmiento", de maneira mais particular evidencia a valiosa colaboração daquele arqueólogo português a Emilio Hübner, principalmente a respeito da elaboração do vol. II do "Corpus Inscriptionum Latinarum", relativa às inscrições romanas da Península.

Devemos frisar, também, que naquelas cartas estão encerradas noticias suficientes para a reconstituição de "todo um período" de estudo inerente à interpretação dos monumentos epigráficos lusitano-romanos aparecidos em Portugal.

Diz Jean Llomer, citado por Mário Cardozo, o erudito anotador das cartas que ora cuidamos, que "as Pessoas cultas compreendem e apreciam a utilidade das coleções de autógrafos, não só pelo vivo interesse que naturalmente

anda ligado a tudo quanto possa recordar e esclarecer a personalidade dos homens célebres, mas ainda porque tais documentos constituem fontes de informações preciosas, que os livros em geral não facultam". A essas apreciações junta o Sr. Mário Cardozo, que, com efeito "a correspondência epistolar, é uma forma de expressão singularmente reveladora da personalidade; é o espelho da conversa natural, humana, sem a preocupação da posteridade, sem a frase procurada e limada das obras definitivas".

Diremos de nossa parte, que, em dados casos, alguma coisa resta na bateia das apurações e das pesquisas, e, não vindo a lume nas publicações de cunho estritamente científico, por certas razões ou conveniências, ficam, entretanto, registadas nos cadernos de apontamentos, ou mesmo em cartas a amigos ou colegas. E neste caso estão umas tantas considerações feitas por Sarmiento.

De fato, a análise da correspondência epistolar pode evidenciar particularidades inerente à formação moral ou científica dos seus autores. No caso vertente, essa prática oferece provas que muito enaltece a memória daqueles sábios.

De outra parte, desejamos fazer notar, que a edição presente das cartas em apreço, é enriquecida pelas notas do seu coletor e anotador, que de longa data vinha se dedicando ao estudo pormenorizado da Obra científica de Martins Sarmiento. E por isso, afora a sua erudição, de maneira muito feliz se desempenhou da incumbência de tal responsabilidade.

Martins Sarmiento é o autor de "Os Lusitanos", opúsculo no qual atribui filiação ligúrica a esses povos, trabalho, aliás apresentado ao IX Congresso Internacional de Antropologia, Arqueologia e Pré-histórica, realizado em Portugal no ano de 1880. Também, nesse mesmo ano, Sarmiento publicou um comentário crítico de "Ora Maritima" de Avieno, poema reconhecido como de real importância para o estudo da paleografia e da etnologia da Península Ibérica, e, em 1887, ele ainda publica "Os Argonautas", onde apresenta "audaciosa interpretação pessoal" da famosa lenda grega, que atribui uma origem fenícia.

Martins Sarmiento, como é sabido, teve às vezes "ousadas interpretações e sínteses" no campo da indagação especulativa, razão pela qual alguns dos seus pontos de vista não foram aceitos pelo mundo estudioso. Todavia, dos seus contraditores estrangeiros, entre os quais o próprio Hübner, ele mereceu crítica "imparcial e correta", reconhecidos seus méritos, sua erudição e sua inteligência.

Seja como for, como muito bem faz notar Mário Cardozo, Sarmiento teve ainda o mérito de "romper com idéias feitas e velhos preconceitos, e de aplicar à crítica histórica um rigoroso método de análise científica".

Entre as conclusões de Sarmiento hoje aceitas, está a da pré-celticidade dos Lusitanos (com abstração da questão ligúrica), observada, naturalmente, a "marca" que a cultura céltica neles teria deixado impressa.

Mas, justamente, com relação a esses assuntos complexos, abordados por Sarmiento, o Sr. Mário Cardozo apresenta notas e comentários muito oportunos, onde o leitor menos enronhado na matéria encontra informações maiores, e bem assim indicação suficiente para obtenção de uma bibliografia atualizada a respeito. Além disso, abundante documentação gráfica acompanha as respectivas anotações, o que sem dúvida traz um melhor esclarecimento dos assuntos.

Dessa maneira, a publicação que ora noticiamos, constitui, sem favor, número de particular importância para o estudo da arqueologia, da epigrafia e da etnologia portuguêsas.

JOSE ANTHERO PEREIRA JUNIOR.

ARDAO (Arturo). — *La Universidad de Montevideo — su evolución histórica*. (Separata especial para a Universidade da República, da Revista do Centro de Estudantes de Direito). Montevideu. 1950. 112 pp.

Arturo Ardao já é nosso conhecido graças à importante contribuição que trouxe, com o seu excelente trabalho — *La Filosofía Pre-universitaria en el Uruguay* (Cl. Garcia e Cia. ed. Montevideu. 1945) — ao estudo da história das idéias na América.

No presente trabalho, o A. reúne uma série de notas sobre a história da Universidade de Montevideu e sobre algumas figuras mais importantes relacionadas com o progresso e desenvolvimento da cultura no seu país, mostrando ao mesmo tempo o espírito que tem animado esse desenvolvimento. O que ele nos conta relativamente à Universidade de Montevideu é digno de interesse e de reflexão. A universidade uruguaia — que deriva da lei Larragãna — percorreu quatro fases: uma, que vai de 1833 a 1849 na qual, o instituto universitário teve o lindo nome, que relembra os tempos medievais, de Casa de Estudos Gerais. Serviram-lhe de modelo, na época, "as universidades de Buenos Aires, de Viena, de França e as do Reino Unido da Inglaterra". Mas só em 1849 instalou-se a Universidade da República. Numa segunda etapa, que vai de 1849 a 1885, os estudos superiores repartem-se por quatro faculdades: a de ciências naturais, a de medicina, a de jurisprudência e a de teologia, funcionando porém, inicialmente, apenas a de jurisprudência. Mais tarde, em 1876 junta-se-lhe, no quadro universitário, a faculdade de medicina. As faculdades de ciências naturais e de teologia — e é curioso refletir sobre o significado do ajuntamento desses dois curiosos títulos — não seriam constituídas.

O ensino superior, desse modo — no Uruguai como no nosso país — desenvolver-se-ia desde logo com um "espírito acadêmico legista", espírito ele ligado na época, à "inspiração filosófica do espiritualismo eclético de V. Cousin". Mais tarde, a instalação da faculdade de medicina coincidirá com o advento das doutrinas positivistas e com a moderna cultura científico-naturalista.

Numa terceira fase, que está compreendida entre duas datas que têm, — creio — singular importância para a história sul-americana (1885-1908), realiza-se a reforma Alfredo Vásquez Acevedo, a reforma conhecida como a lei orgânica de 14 de julho de 1885. A faculdade de jurisprudência passa a denominar-se — e creio que é importante também assinalar isto — Faculdade de Direito e de Ciências Sociais (1878). Vásquez foi a alma dessa reforma cuja amplitude seria, como mostra o A., enorme. É dessa reforma que procede a Universidade moderna. Essa reforma também indica, ao observador dos fenômenos históricos e culturais da América do Sul, os contrastes da influência do positivismo nos nossos países.

Do início dessa terceira etapa da evolução histórica da universidade uruguaia, datam a Faculdade de matemática (1888) e, mais tarde, os cursos que constituiriam a Faculdade de Comércio (1903). Durante o "reitorado" de Vásquez Acevedo fundam-se ainda as faculdades de agronomia e veterinária (1907).

A última etapa que o A. estuda na sua interessante síntese da universidade uruguaia é a que se estende de 1908 aos nossos dias, a que corresponde à lei orgânica de 31 de dezembro de 1908, devida ao presidente Wiliman. O ensino superior divide-se, segundo essa lei pelas, três faculdades: direito, medicina e matemática. As faculdades de comércio, agronomia e veterinária transformam-se, segundo essa lei, em escolas à margem da Universidade. Nesse período multiplicam-se mas descentralizam-se as faculdades, ao mesmo tempo que ganham autonomia. Em 1915, a antiga Faculdade de matemática divide-se em faculdades de engenharia e em faculdade de arquitetura; em 1925 reforma-se a escola de agronomia; em 1929 fundam-se as faculdades de química e farmácia, às quais se agrega, no mesmo ano, a escola de odontologia. Todas

estas novas escolas tinham sido antes, secções da faculdade de medicina. Em 1932, transforma-se a faculdade de comércio em faculdade de ciências económicas e administrativas; em 1933, a escola de veterinária também se transforma em faculdade e, em 9 de outubro de 1945, cria-se a faculdade de humanidades e de ciências, correspondente às nossas faculdades de filosofia, ciências e letras.

Depois de haver apresentado uma súpula das diferentes fases do progresso universitário em seu país, Arturo Ardao estuda, pormenorizadamente, em outros capítulos de seu trabalho, outros aspectos históricos do ensino superior de seu país, desde o colégio franciscano de São Bernardino até os nossos dias, pondo em realce figuras como a de Larragãna, como as dos presidentes Oribe e Suarez. Interessante e sugestivo é o capítulo que o A. consagra à iniciação filosófica no seu país e na qual aparecem vicissitudes análogas àquelas pelas quais passamos nós, no Brasil. Do mesmo interesse é o que nos diz acerca da curiosa figura de Amadeu Jacques, o republicano mestre de conferências da Escola Normal Superior de Paris, exilado na América do Sul por não haver aceito o império de Napoleão III.

O livro do ilustre professor uruguaio mostra-nos, enfim, nas suas entrelinhas, as dificuldades pelas quais a organização universitária passou no seu país. Essas dificuldades assemelham-se muito às nossas e nos levam a meditar sobre o quanto é precária ainda a noção da função da universidade em relação ao nosso meio e à nossa cultura, onde a universidade não tem, parece, raízes muito sólidas... Esperemos, porém, como diz o A., ao terminar o seu trabalho, que a universidade possa cumprir a sua missão histórica de integradora da cultura nacional. E, para que isso se possa realizar, como diz ainda Arturo Ardao, uma coisa é necessária: "que sin renegar de sus fuentes maternas persiga la autenticidad por las vias que conducen — siendo caso sólo una — a su proprio mundo histórico cultural y a la comunidad cultural americana".

CRUZ COSTA.

PETRUS NONIUS. Publicação do Grupo Português para a História das Ciências. Vol. VII. fasc. 1/2. Lisboa. s/d. 96 pp.

Temos grande satisfação em assinalar, pela primeira vez, nas páginas consagradas à resenha bibliográfica da *Revista de História*, a importante contribuição que esta publicação, do Grupo Português da História das Ciências, dá e poderá ainda continuar a dar, ao progresso dos estudos e das pesquisas relativas à história da cultura científica nos países de língua portuguesa.

O sumário do volume que temos em mão é o seguinte: Dr. A. A. de Oliveira Machado e Costa — *Mestres Italianos em Portugal* (pp. 5-12). Ali o Prof. Machado e Costa estuda a figura do sábio italiano Miguel Franzini e a influência que o mesmo teve no setor relativo às ciências naturais, nos resultados que se seguiriam à grande reforma de Pombal, no que respeita à renovação do ensino, nos moldes modernos em Portugal, e que veio pôr termo, como ele diz, à chamada idade de ferro das letras portuguesas. Em artigo não menos sugestivo, o Prof. G. Constanzo, antigo professor do I. S. Técnico de Lisboa, estuda *A Radioactividade em Portugal no seu Início* (pp. 13-22). Mostra o Prof. Constanzo os inícios dos estudos feitos sobre o urânio em Portugal e conta no seu artigo, com muito espirito, as peripécias por que passou o cientista Edouard Urban, irmão do Prof. Urban, da Sorbonne, quando andou a estudar, na região de Guarda, as terras em que havia o precioso elemento. Em outro.

artigo, *A influência dos fenômenos sísmicos no espírito português*, o Dr. Raul Miranda afirma que o "pensamento poético, torna-se o reflexo dos movimentos sísmicos e age de acôrdo com a maior ou menor impetuosidade que êstes afirmam, o que nos parece, naturalmente, um pouco exagerado... Talvez pela pouca experiência que temos dêsses fenômenos aqui no Brasil...

O Dr. Arlindo Camilo Monteiro, estuda nas páginas 29-40, através dos documentos inéditos do nosso Arquivo Nacional, tão proficientemente dirigido pela autoridade do Dr. Vilhena de Moraes, alguns aspectos históricos da vida portuguesa, tirados das memórias inéditas do Dr. Domingos Vandelli. Volta neste artigo a aparecer a figura do Dr. Frandizi. O trabalho do Dr. Arlindo Monteiro é de grande interêsse e nas entrelinhas do mesmo, se atentarmos bem, há importantes sugestões. É uma importante contribuição para o conhecimento do século XVIII português.

Valiosíssima é também a resenha bibliográfica organizada pelo diretor da revista que é o Dr. A. C. Monteiro.

CRUZ COSTA.

VERTICE. N.º 82, junho de 1950 (vol. IX).

No número presente, Raul Gomes estuda a redutibilidade do fenômeno estético. Diz o A., referindo-se principalmente à arte literária: "A expressão está longe de ser tudo, na obra que se diz artística. Ela parece-nos essencialmente um meio e, como tal, pressupõe um objetivo ao qual serve. Embora importante, a expressão é, pois, distinta do expressado e esta para êste fundamentalmente como um meio." (...) "Em resumo, creio — diz o A. — que chegamos à conclusão de que aquilo que habitualmente designamos por arte não é exclusiva ou predominantemente expressão mas, sobretudo, e essencialmente, pensamento".

Oscar Lopes dedica um longo artigo sob o título *Humanismo e Linguística (lógica simbólica em vez de gramática)* aos novos estudos de lógica. Infelizmente é impossível resenhar êsse artigo, pois, falta-nos a primeira parte, publicada na mesma revista mas em número que não possuímos.

CRUZ COSTA.

VERTICE. N.º 84, agosto de 1950 (vol. X).

Esta excelente revista publicada em Coimbra, traz no seu número de agosto de 1950, um interessante estudo de Manuel Mendes sobre a *Arte Moderna*. — "A cada passo ouvimos dizer — escreve o A. — que as artes atravessam uma crise muito séria na qual está patentemente enunciado o seu próximo e inevitável fim. (...) Iremos assistir a um espetáculo verdadeiramente inédito: a derrocada de toda nossa civilização, como o naufrágio de um grande barco. A vida humana, no dizer dêstes bruxos, perdeu o encanto e perdeu o significado. No entanto, como noutras formas da arte moderna, ... o que se assiste

é a um regresso à simplicidade, à pureza inicial de certas linhas, à nudez singela da verdade." (p. 67).

Túlio Ramires Ferrão publica umas breves notas — que por serem breves não deixam de ser sugestivas — sobre as **Tendências da Literatura Portuguesa no final do século XIX**, dignas de meditação, de serem comparadas com as da nossa literatura, da mesma época.

Mário Braça continua o seu ensaio sobre **Platão e a poética** e Manuel de Campos Lima, estuda o livro de Howard Fast. **Citizen Tom Paine**, no qual destacamos este pequeno período, importante para aqueles que se dedicam ao estudo da história americana. "Chegou à colônia (Paine) com a ajuda de Franklin e, depois de um breve período irregular, eis Tomaz tornado chefe de redacção do **Pennsylvania Magazine**, na cidade de Filadélfia. Começara como aprendiz de espartilheiro, fora sapateiro e tecelão, agora, aqui na América é um trabalhador intelectual, é um jornalista. (...) Atken pagava-lhe mal, mas o que há de novo para Tomaz é a sua nova dignificação social, é a existência de uma terra onde essa dignidade é possível, onde o seu espirito se pode exprimir e ele é considerado um ser igual aos outros". E mais este período, importante: "Da simples resenha da vida de Paine depreende-se o corpo de idéias do autor. Primeiro, Fast assenta a sua obra, como aliás as outras obras suas, na tradição nacional americana. Mas a tradição americana vai êle encontrá-la não nas obsoletas formas de sistemas passados, mas na marcha para frente. Não aqueia tradição que faz dos vivos os cadáveres em que vivem os mortos, que ata o presente ao mausoleu do passado, mas a tradição aproada para o futuro, tradição dinâmica integrada no próprio movimento da história daquelas que quiseram construir para diante e que os seus filhos fôsssem mais longe ainda".

No mesmo número encontramos ainda notícias do prêmio Ricardo Malheiros de 1950, que coube ao escritor Alves Redol, uma notícia sobre o desaparecimento do nosso patricio, o sociólogo Artur Ramos, assim como uma nota sobre um livro editado no Porto em 1950 e da autoria de António Ramos de Almeida — **Para a compreensão da Cultura no Brasil**. A propósito de Castro Alves, escreve o Sr. Ramos de Almeida: "nenhum homem, seja êle que fór, pode viver e realizar-se (o grido é nosso) fora da realidade que o cerca e condiciona". — cusa essa que sempre é bom lembrar... Assinalamos esse trabalho aos estudiosos brasileiros.

CRUZ COSTA.

Recebemos e agradecemos o envio das seguintes publicações (1950):

Academia Portuguesa da História — **O Manuscrito "Valentim Fernandes"**, Lisboa, 1940, 241 pp.; **Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo**. Compostos por frei António da Assunção Meireles. Publicação e prefácio de Alfredo Pimenta. Lisboa, 1942, 395 pp.; **Memórias do Mosteiro de Pombeiro**. Escritas por frei António da Assunção Meireles. Publicadas e prefaciadas por António Baião. **Leituário da Sé de Lamego**. Publicado por Alfredo Pimenta. Lisboa, 1942, 255 pp.; **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa, 1948, 208 pp.

Albuquerque (Luís) — **As Ciências Exatas na Reforma Pombalina do Ensino Superior**. Separata dos ns. 52, 53 e 54 de **Vértice**. **Revista de Cultura e Arte**. Coimbra, 22 pp.

Anais da Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro, volumes V-LXVIII, 1878-1949.

- Anais** — Lisboa, Ministério das Colónias. Junta de Investigações Coloniais, tomo I, volumes II e III, 1947, 1948.
- Anales** — Ciudad Trujillo. Universidad de Santo Domingo, ns. 41-44, 45-46, 47-48, volumes XII e XIII, 1947, 1948.
- Andrade** (Manuel José) — **Folklore de la Republica Dominicana**. Ciudad Trujillo. Publicaciones de la Universidad de Santo Domingo, 1948, 2 tomos, 452+158 pp.
- Annales de Bourgogne** — Dijon, Centre d'Études Bourguignonnes, ns. 1-2, tomo XXII, 1950.
- Anuario de la Universidad de Santo Domingo** — Ciudad Trujillo. Publicaciones de la Universidad de Santo Domingo, volume LXVII, 1949-1950.
- Arquitetura** — Lisboa, ns. 35-36, 1950.
- Arquivo Coimbrão** — Coimbra, Boletim da Biblioteca Municipal, volumes II, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, 1931, 1938, 1940, 1942, 1943, 1945, 1946, 1947.
- Arquivo de Beja** — Beja, Boletim da Câmara Municipal, volume VI, 1949.
- Arquivo do Distrito de Aveiro** — Aveiro, ns. 59, 60, 61, 1950.
- Arroyo** (Agustin C.) — **La Evolución del Derecho Sucesorio en la Gran Colombia**. Bogotá, Universidad Javeriana, 1949, 156 pp.
- Atenza**. **Revista Mensual de Ciencias, Letras y Artes** — Concepción, ns. 302-3, tomo XCVIII.
- Beira Alta** — Viseu, ns. 1, 2, 3, ano IX, 1950.
- Badano** (Victor M.) — **Piezas Enteras de Alfareria del Litoral existentes en El Museo de Entre Rios**. Memorias del Museo de Entre Rios, Paraná, 1940, 16 pp.
- Bastos** (Humberto) — **Rui Barbosa, Ministro da Independência Económica do Brasil**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 263 pp.
- Boletim de la Academia Nacional de la Historia**. Buenos Aires, volumes XXII, XXIII, 1949, 1950.
- Boletim** — Academia Portuguesa da História. Lisboa, 1937-1939, 1941-1948.
- Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, fascículos 1 e 2, volume LV, 1950.
- Brasil Açucareiro** — Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, ns. 1, 3, 4, 5, 6, volume XXXVI, ano XVIII, 1950.
- Brasília** — Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, volumes IV (com suplemento) e V, 1949 e 1950.
- Erito** (Carvalho) — **O Civilismo em Minas**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 46 pp.
- Brotéria**. **Revista Contemporânea de Cultura**. Lisboa, fascículos 5, 6, volume L e fascículos 1, 2, 3, 5, volume LI, 1950.
- Bulletin Hispanique**. Bordeaux, **Annales de la Faculté des Lettres de Bordeaux**, ns. 3-4, tomo L, 1948.
- Cadernos Mensais de Estatística e Informação do Instituto do Vinho do Porto**. Porto, ns. 124 a 130, 1950.
- Capdqui** (José M. Ots) — **El Regimen de la Tierra en la America Española Durante el Periodo Colonial**. Ciudad Trujillo. Publicaciones de la Universidad de Santo Domingo, volume XLIII, 1946.
- Carmo** (J. A. Pinto do) — **Rui Barbosa e o Dom Quixote**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 16 pp.
- Carvalho** (Antônio Gontijo de) — **Rui estudante**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 44 pp.
- Carvalho** (Orlando M.) — **A Crise dos Partidos Nacionais**. Belo Horizonte, **Kriterion**, 1950, 50 pp.
- Castro** (Armádo) — **Significado Histórico da Obra de Mouzinho da Silveira**. Lisboa, Separata da **Revista de Economia**, 1950.

- Chiaccchio (Carlos) — **Rui**. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa. 1949. 36 pp.
- Coimbra e Antônio Nobre. **Homenagem ao Poeta**. Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal. 1940. 93 pp.
- Concha (M. de J. Troncoso de la) — **La Genesis de la Convención Dominicana Americana**, Santiago, Editorial el Diario. 1946. 151 pp.
- Correia (Antônio) — **Toponímia Coimbrã**. Coimbra. Edição da Biblioteca Municipal. 1945. 110 pp.
- Costa (Didio) — **Marcílio Dias**. Rio de Janeiro. Serviço de Documentação do Ministério da Marinha, 1947. 141 pp.; **Noronha; Saldanha**. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Marinha. 1944. 420 e 484 pp.
- Damiron (Rafael) — **Resumen**. Ciudad Trujillo, Editora Montalvo. 1947, 85 pp.; **De Soslayo**. Ciudad Trujillo, Biblioteca Dominicana, 1948, 238 pp.
- Dantas (San Tiago) — **Rui Barbosa e o Código Civil**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa. 1949. 85 pp.
- Documentos Históricos** — Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, volumes I-LXXXIV, 1928-1949.
- Dória (Epifânio da Fonseca) — **Prof. Manuel F. A. de Oliveira e Francisco de Barros Melo**. Aracaju, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1950. 18 pp.
- Extremadura. Boletim da Junta de Província**. — Lisboa, ns. 20-23, 1949-50.
- Estudos** — Coimbra, fascículos 6, 7, 8, 1950.
- Estudios de Derecho** — Medellín, Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, n.º 34, volume XII, 1950.
- Facultad de Humanidades y Ciencias (Revista)** — Montevideo, n.º 5, ano IV, 1950.
- Ferdinandy (Miguel de) — **El Problema de la Tradición como Mito y Poesía**. Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo, 1950, 29 pp.
- Figueiredo (Fidelino de) — **Shakespeare e Garrett**. Guimarães. Separata do volume LX da **Revista de Guimarães**, 1950. 60 pp.
- García (Juan Francisco) — **Panorama de la Música Dominicana**. Ciudad Trujillo, Publicaciones de la Secretaria de Educación y Bellas Artes, 1947, 46 pp.
- Hayward (Kenneth J.) — **Enumeración Sistemática de los Lepidopteros de Entre Rios**. Paraná, Memorias del Museo de Entre Rios, 1940, 17 pp.
- Gil Vicente** — Guimarães, ns. 1 a 10, volume 1, 1950. (Revista).
- Instituto Histórico da Ilha Terceira (Boletim)** — Angra-do-Heroísmo, ns. 3, 4, 5, 6, 7, volumes III, IV, V, VI, VII, 1945-1949.
- Instituto Histórico e Geográfico de Santos — **Relatório da Biblioteca. 1.º Decênio (1938-1948)**. Santos, 1949, 23 pp.
- Instituto Ibero-Americano — **Relatório Anual n.º 10**, Gotemburgo, 1949; 40 pp.
- Leme (Ernesto) — **Rui e São Paulo**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949. 31 pp.
- Leoni (G. D.) — **Nótulas para o estudo filológico de duas poesias italianas**. São Paulo, separata do **Anuário da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae" da Universidade Católica de São Paulo**, 1949-1950.
- Levene (Ricardo) — **La Autenticidad de la Carta de San Martín a Bolívar de 29 de agosto de 1822**. Buenos Aires, Academia Nacional de la Historia, 170 pp.
- Lima (Herman) — **Rui e a Caricatura**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 108 pp.
- Lizarazo (J. A. Osorio) — **La Isla Iluminada**. Santiago, Editorial el Diario, s/ data, 265 pp.

- Loukotka (Cestmir) — *Les Langues de la Famille Tupi-Guarani*. São Paulo, Boletim CIV da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950, 42 pp.
- Loureiro (J. Pinto) — *Coimbra na Restauração*. Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1941, 22 pp.; *Forais de Coimbra — Coimbra* Edição da Biblioteca Municipal, 1940, 124 pp.
- Macedo (João Horta de) — *O Visconde de Taunay e Casa-Branca*. Jundiaí, 1950, 47 pp.
- Magalhães (Dario de Almeida) — *Rui Barbosa no Supremo Tribunal*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, 41 pp.
- Marin (Efrain Martínez) — *El Testamento*. Bogotá, 1949, 49 pp.
- Mensageiro de São Bento* — Negrelos, Mosteiro de Singeverga, n.º 7, ano XIX, 1950.
- Monteiro (Arlindo Camilo) — *Aspectos Históricos da Vida Portuguesa*. São Paulo, separata da *Revista do Arquivo*, n.º CXXIV, 1949.
- Nanita (Abelardo R.). — *Trujillo*. Santiago, Editorial el Diario, s/ data, 151 pp.
- New Mexico Quarterly* — Albuquerque, ns. 1, 2, 3, volume XX, 1950.
- Otzet (Ramón Martorell) — *Características de la Carta Preliminar del Territorio Nacional*. Ciudad Trujillo, Publicaciones de la Universidad de Santo Domingo, 1947, 52 pp.; *La Proyección Gnomónica sobre el Horizonte de Ciudad Trujillo*. Ciudad Trujillo, Publicaciones de la Universidad de Santo Domingo, 1946, 131 pp.
- Paino (Francisco) — *José Bonifácio (Filósofo)*. Santos, Instituto Histórico e Geográfico de Santos, 1947, 19 pp.
- Petrus Nonius*. Lisboa, fascículo 1-2, volume VII.
- Pichardo (Fafael Paino) — *Glosa de Siglos*. Ciudad Trujillo, Editora Montalvo, 1949, 36, pp.
- Pires (Homero) — *Rui Barbosa e os Livros*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 4.ª edição, 1945, 69 pp.
- Portugal em África* — Coimbra, ns. 40, 41, ano VII, 1950.
- Prometeu. Revista Ilustrada de Cultura* — Porto, ns. 3, 4, volume III, 1949-50.
- Quarterly Review* — Ann Arbor, ns. 14, 18, 21, volume LVI, 1950.
- Revista da Faculdade de Direito* — São Paulo, volume XLIII, 1950.
- Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa, tomos XV e XVI, 1949, 1950.
- Revista da Universidade de São Paulo*. São Paulo, n.º 1, ano 1, 1950.
- Revista de Administração* — São Paulo, ns. 8, 9, anos II, III, 1948, 1949.
- Revista de Economia* — Lisboa, fascículos 1, 2, 3, volume III, 1950.
- Revista de los Archivos Nacionales de Costa Rica* — ns. 7-12, ano XIII, 1949.
- Revista de Guimarães* — Guimarães, ns.º 3-4, volume LIX, 1949, e ns. 1-2, volume LX, 1950.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* — Aracajú, n.º 18, volume XIII, 1943-1945, n.º 19, volume XIV, 1945-1948.
- Revista do Professor* — São Paulo, ns. 3, 4, 5, 1950.
- Revista Hispánica Moderna* — New York, ns. 1, 2, 3, 4, ano XIII, 1947 e ns. 1, 2, ano XIV, 1948.
- Revista Interamericana de Bibliografía* — Washington, n.º 1, volume I, 1951.
- Revista Marítima Brasileira* — Rio de Janeiro, ns. 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 1949-1950.
- Revista Numismática* — São Paulo, n.º 14, ano XVI, 1948.
- Revue Archéologique* — Paris, tomo XXXV, abril-junho, 1950.
- Revue de L'Histoire des Religions* — Paris, n.º 1, tomo CXXXVII, 1950.
- Revue des Etudes Byzantines* — Paris, fascículo 1, tomo VII, 1949.
- Rizik (Nicolas) — *Trujillo y la Estadística*. Ciudad Trujillo, Editora Montalvo, 1945, 133 pp.
- Serões (Revista Ilustrada)* — Lisboa, ns. 1, 2, 3, 4, volume I, 1949, ns. 5, 6, volume II, 1950.

- Silva (A. Carneiro de) — *Jornais e Revistas do Distrito de Coimbra*. Coimbra. Edição da Biblioteca Municipal, 1947, 271 pp.
- Silva (Bolívar Bordallo da) — *Fatores dos Descobrimentos e Conquistas no Século XV*. Belém, 1946, 108 pp.
- Sociedade Geográfica de Lisboa (Boletim) — Lisboa, ns. 3-4, 1950.
- Speculum. A Journal of Mediaeval Studies*. The Mediaeval Academy of America. Cambridge (Mas.). Ano de 1950.
- Subsídios para a História Marítima do Brasil — Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, volume VI, 1948 e volume VII, 1949.
- Trabalhos de Antropologia e Etnografia* — Porto, ns. 1-2, volume XII, 1949, n.º 34, volume XII, 1950.
- Trujillo (Rafael L.) — *Reajuste de la Deuda Externa*. Santiago, Editorial el Diario, 1937, 329 pp.
- Universidad Pontificia Bolivariana — Medellín, n.º 54, volume XIV, 1949, ns. 55, 56, 57, volume XV, 1950.
- Universidad Javeriana — Tesis presentadas por los alumnos con ocasión de su grado. Bogotá, volume XVIII, 1947, 347 pp.
- Vértice. *Revista de Cultura e Arte* — Coimbra, ns. 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, Volume X, 1950.
- Viana (Abel) — *Restos de Ossónobra, no Largo da Sé, em Faro*. Separata dos ns. 39 e 46 da *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, 1949.
- Viana (Antonio) — *Casos e Coisas da Bahia*. Salvador, Publicações do Museu do Estado, n.º 10, 1950, 165 pp.
- Viana (Mário Gonçalves) — *Exames Escolares e Concursos*. Lisboa, 1949, 141 pp.; *Um Museu dos C.T.T.* Lisboa, Edição dos Serviços Culturais dos C.T.T., 1949, 83 pp.
- Wagley (Charles), Azevedo (Thales de), Pinto (Luís A. Costa) — *Uma Pesquisa sobre a Vida Social no Estado da Bahia*. Salvador, Publicações do Museu do Estado, n.º 11, 1950, 38 pp.